



## **Divulgação de Resultados Press Release 4T22 e 12M22**



# **Statkraft**

## Statkraft atinge EBITDA recorrente de R\$ 421,6 milhões em 2022, aumento de 68,2% comparado com o recorrente do mesmo período de 2021.

**Florianópolis, 15 de março de 2023** – A Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Companhia”, “Statkraft” ou “SKER”), é uma sociedade anônima de capital fechado, listada na B3 (STKF3), no segmento Básico, tem como atividade principal a geração de energia elétrica através de fontes renováveis, participação no capital social de empresas nas áreas de geração de energia, além de implementação e operação de projetos de energia renovável, anuncia hoje seu resultado do 4T22 e 12M22. As informações financeiras a seguir se referem aos resultados consolidados da Statkraft Energias Renováveis S.A., e estão preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se aos resultados do 4T21 e 12M21.

### Destaques do período

- No 4T22 a **receita operacional líquida somou R\$ 218,8 milhões, aumento de 56,5%** em comparação com 4T21, no 12M22 a **receita operacional líquida somou R\$ 861,9 milhões, aumento de 52,5%** em comparação ao mesmo período do ano anterior, favorecida pela correção inflacionária bem como operações comerciais.
- EBITDA totalizou R\$ 61,6 milhões no 4T22**, aumento de 113,7% em comparação ao 4T21 e **R\$ 400,9 milhões no 12M22**, aumento de 59,9% comparado ao mesmo período ajustado do ano anterior.
- A margem EBITDA no 4T22 foi de 28,1%**, aumento de 7,5pp quando comparado a margem EBITDA do 4T21. Já no 12M22 a margem EBITDA foi de **46,5%**, aumento de 2,1 p.p. quando comparado a margem EBITDA recorrente referente ao mesmo período do ano anterior.
- A produção de energia elétrica no 4T22 totalizou 440,5 GWh**, redução de 0,6% (443,2 GWh em 4T21). No 12M22 a produção totalizou 1.757,0 GWh, um aumento de 27,9% (1.374,1 GWh em 12M21), retorno das operações comerciais da PCH São João e disponibilidade dos parques eólicos e melhor condição de vento.
- Em dezembro de 2022 foi marco da primeira operação comercial do complexo Eólico de Ventos de Santa Eugênia, entidade legal Oslo II.
- Avanço físico de 89,7% das atividades de construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia (518,7 MW), na Bahia. R\$ 958 milhões de financiamento de longo prazo desembolsados pelo Banco do Nordeste do Brasil SA – BNB até 31 de dezembro de 2022.
- Início das atividades de construção de projeto Eólico Morro do Cruzeiro (79,8 MW) em junho 2022, com avanço físico até dezembro de 22 de 8,5%. Contrato de financiamento junto ao BNB, no montante de R\$ 257,0 milhões, assinado em março de 2022.
- A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças que indiquem impairment de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas informações financeiras encerradas em 31 de dezembro/ de 2022. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

Principais Indicadores	4T22	4T21	Var %	12M22	12M21	Var %
Receita Líquida (R\$ mil)	218.799	139.786	56,5%	861.883	565.054	52,5%
<b>EBITDA ICVM 527(R\$ mil)</b>	<b>61.575</b>	<b>28.818</b>	<b>113,7%</b>	<b>400.900</b>	<b>347.042</b>	<b>15,5%</b>
Margem EBITDA (%)	28,1%	20,6%	7,5 p.p	46,5%	61,4%	-14,9 p.p
<b>Lucro líquido (R\$ mil)</b>	<b>32.790</b>	<b>-4.317</b>	<b>-859,6%</b>	<b>237.815</b>	<b>183.619</b>	<b>29,5%</b>
Dívida Líquida (R\$ milhões)	676,7	769,7	-12%	676,7	769,7	-12%
Preço bruto (R\$/MWh)	342,28	313,04	9,3%	337,62	294,14	14,8%
Energia gerada (GWh)	440,5	443,2	-0,6%	1.757,0	1.374,1	27,9%
* Disponibilidade (%)	95,7%	90,0%	5,7 p.p	95,4%	88,8%	6,6 p.p
<b>**EBITDA recorrente (R\$ mil)</b>	<b>82.319</b>	<b>28.818</b>	<b>185,7%</b>	<b>421.644</b>	<b>250.678</b>	<b>68,2%</b>
Margem EBITDA recorrente (%)	37,6%	20,6%	17,0 p.p	48,9%	44,4%	4,6 p.p

(\* Média ponderada (\*\* EBITDA recorrente: composição na seção de EBITDA.

## Sobre a Statkraft Energias Renováveis S.A.

A Statkraft Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto (i) a participação em outras sociedades nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis e operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica, (ii) a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação; e (iii) a implementação, propriedade, financiamento e operação de projetos de energia renovável, com foco naqueles de geração de energia hidrelétrica, eólica e solar.

A Companhia atua de maneira integrada, possuindo experiência em todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, acompanhamento da construção, até a operação de empreendimentos de geração de energia, nas fontes de energia renovável em que atua.

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Statkraft Energias Renováveis S.A. buscam o constante desenvolvimento de novos projetos, visando garantir o crescimento futuro da empresa.

Atualmente os ativos da Companhia são compostos por 14 usinas hidrelétricas, participações minoritárias em 4 usinas hidrelétricas, 1 usina eólica no estado de Sergipe e outros 2 complexos eólicos no estado da Bahia, sendo um formado por 3 usinas e o outro em fase final de construção. Com isso, perfazendo a capacidade instalada própria de 477,81 MW, dos quais 449,31 MW referentes aos ativos em operação até novembro de 2022, e 28,50 MW adicionais referentes a Oslo II de VSE, cuja operação se deu início em dezembro de 2022. Vale destacar ainda que, a companhia ainda possui portfólio de projetos em desenvolvimento relacionados à energia hidráulica, eólica e solar.

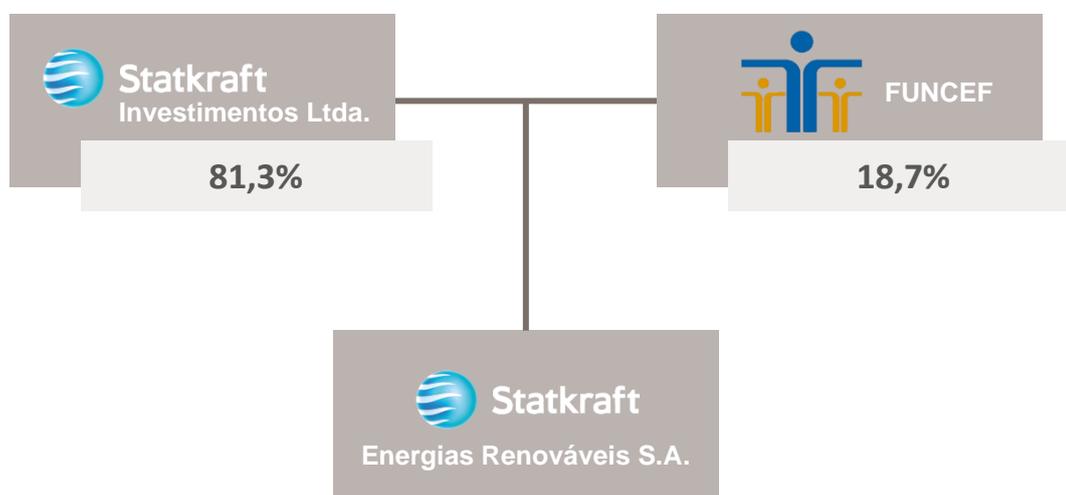
A Companhia iniciou em janeiro de 2021 a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia, sendo que, conforme mencionado anteriormente, 28,50 MW já entraram em operação em dezembro de 2022 e o restante entrará em operação de forma gradual até outubro de 2023.

Adicionalmente, na data de 30 de maio de 2022, se deu o início das atividades de construção do Projeto Eólico Morro do Cruzeiro, localizados no município de Brotas, estado da Bahia, com capacidade instalada de 79,8 MW, cuja entrada em operação está prevista para fevereiro de 2024.

## 1 – Nossos Acionistas



A Statkraft possui uma sólida base acionária, responsável pela orientação dos negócios, bem como pelo aporte de capital e investimentos necessários para a manutenção das atividades. Sua base acionária atual é composta pela Statkraft Investimentos Ltda. e pela FUNCEF que possuem 81,3% e 18,7% das ações respectivamente.



### GRUPO STATKRAFT

*No capital da Companhia desde Março de 2012*

A Statkraft é uma empresa líder em energia hidrelétrica internacionalmente e a maior geradora de energia renovável da Europa. O grupo produz energia hidrelétrica, energia eólica, energia solar, energia a gás e fornece aquecimento urbano. A Statkraft é uma empresa global em operações no mercado de energia. A Statkraft tem 5.000 funcionários em 20 países.

O governo da Noruega (Rating AAA – S&P e Aaa – Moody's) detém 100% das ações da Statkraft Investimentos e confere ao grupo forte solidez financeira e visão de longo prazo.

### FUNCEF

*No capital da Companhia desde setembro de 2009*

Terceiro maior fundo de pensão do país, com R\$ 90 bilhões em ativos e 140 mil participantes, a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) é uma entidade fechada de previdência e seus participantes são empregados da Caixa Econômica Federal. Tem entre seus valores a transparência, ética, gestão participativa, equidade, profissionalismo, comprometimento e sustentabilidade.

O foco de sua atuação está em garantir a seus participantes e assistidos o pagamento de seus benefícios. Para isto, investe de maneira criteriosa seus recursos, em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e ocorrem sempre de acordo com a sua Política de Investimentos.

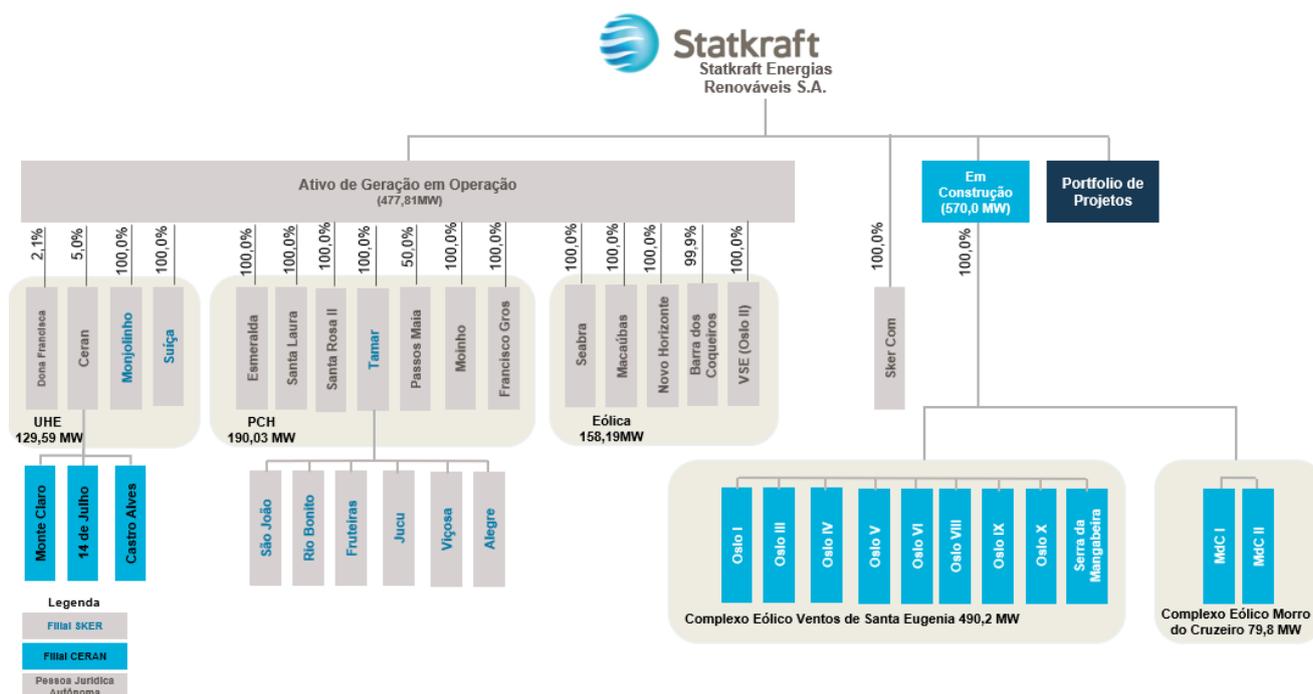
Criada em 1977, a FUNCEF tem a Caixa como única patrocinadora. A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão.

A FUNCEF foi o primeiro fundo de pensão do país a aderir o Código *Stewardship*. O código reúne um conjunto de princípios e recomendações de governança para investidores institucionais – os stewards, no jargão de mercado -, responsáveis por administrar recursos de terceiros. Ainda sem tradução em português, *Stewardship* resume o conceito de dever fiduciário: a obrigação assumida por esses investidores em atuar no melhor interesse de seus clientes/investidores.

## 2 – Estrutura Societária da Holding e suas participações



A Statkraft Energias Renováveis S.A. é uma holding de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que possui uma matriz energética com capacidade instalada em operação de 477,81 MW, compreendendo 22 ativos. Em dezembro de 2022 a Statkraft teve o início das operações da Oslo II do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia, adicionando 28,5 MW de capacidade instalada ao total da companhia. Com previsão de entregas por etapas até outubro de 2023 o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia adicionará outros 490,2 MW de capacidade instalada de geração de energia, totalizando 10 novos ativos. Adicionalmente, no mês de junho de 2022 a companhia iniciou a construção de Morro do Cruzeiro I e II que adicionará mais 79,8 MW a sua capacidade instalada de geração de energia eólica. Além dos projetos em construção, existem dois em estágio avançado de desenvolvimento, sendo um de geração de fonte eólica e outro solar. Recentemente foi constituída a Statkraft Comercialização de Energia S.A. (SKER COM) criada para facilitar a gestão do portfólio atual de projetos e futuros do pipeline, representando-os frente ao mercado, realizando hedges e otimizando o resultado.



Destaca-se que a Companhia participou do leilão A-6 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorrido em 18 de outubro de 2019, com seus projetos eólicos. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,30 MW médios, o que representa 55% da garantia física, com preço de venda de R\$ 97,90 por MWh. Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, o que representa 30% da sua garantia física, com preço de venda de R\$ 99,88 por MWh. (preços com data base de outubro de 2019).

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia participou do 35º Leilão de Energia Nova A-5 com os projetos eólicos Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II, com capacidade instalada total de 79,8 MW. Como resultado do leilão, os projetos vencedores tiveram 10,71 MW médios da energia vendida às distribuidoras de energia por meio de contratos fechados no ambiente regulado (CCEAR), o que representa 30% da sua garantia física, com prazo contratual de 15 anos, ao preço de R\$ 134,97 MWh e início de suprimento para 1º de janeiro de 2026, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

A Statkraft tem como estratégia ser detentora de portfólios flexíveis de geração renovável por meio do desenvolvimento dos seus próprios projetos, bem como via aquisições seletivas em mercados priorizados.

Em dezembro de 2021 foi concluído o processo de incorporação da Enex pela Statkraft Energias Renováveis S.A., que teve por objetivo capturar sinergias operacionais.

### 3 – Governança Corporativa



A Companhia adota elevado padrão de governança corporativa, em consonância com Companhias abertas e listadas, contando com Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento, Auditoria Externa, Área de Relações com Investidores e Área de Compliance com linha de reporte para a Matriz.

A governança corporativa da Statkraft está refletida nas suas práticas de gestão e em seu Estatuto Social, que tem como principais destaques a vedação ao registro de voto de representantes de partes relacionadas em reuniões de Conselho ou em Assembleias, sempre que a deliberação envolver potencial conflito de interesses, a adoção de Conselho Fiscal permanente e o Capital Social composto exclusivamente por Ações Ordinárias. A Companhia também está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

Adicionalmente, através da celebração de Acordo de Acionistas, foram constituídos comitês de assessoramento à Administração. O objetivo dos comitês é auxiliar o Conselho de Administração, de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração.

Os comitês se reúnem periodicamente para discutir assuntos financeiros, estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões resultam em recomendações formais para suportar as decisões, políticas e estratégias.

O organograma a seguir mostra a estrutura de governança da Statkraft



#### AÇÕES DE COMPLIANCE

A Statkraft possui práticas de governança que visam a conformidade legal e com os valores e princípios da empresa, o que inclui a ética e a integridade em tudo o que faz. A área de Compliance é responsável por desenvolver e implementar o Programa de Integridade, o qual reforça o compromisso da empresa em estar aderente às legislações aplicáveis, ao seu Código de Conduta e às políticas e procedimentos internos. Também, em garantir a disseminação da cultura de ética e práticas de *compliance* através de planos de comunicação, atividades e treinamentos; a relevância do *tone from the top*; assim como, garantir as práticas de avaliação recorrente de riscos de *compliance*, monitoramentos e *due diligence* de terceiros.

A Statkraft possui um Código de Conduta aprovado pelo Conselho de Administração que, em linha com seus valores, formaliza as diretrizes quanto a conduta esperada de seus colaboradores. É um mesmo Código de Conduta aplicável a todas as empresas do grupo, disponível em diferentes línguas ao qual todos os colaboradores, independentemente de cargo, função ou localidade, possuem o dever de conhecer e aderir.

Adicionalmente ao Código de Conduta, a Statkraft possui um Guia de Ética nos Negócios, onde contempla 8 principais regras de comportamento que abrangem: anticorrupção, presentes e hospitalidades, entidades e funcionários públicos e outras partes interessadas, conflito de interesses, concorrência leal, parceiro comercial e *due diligence* de integridade, fraude, confidencialidade e orientações e denúncias. Anualmente, os colaboradores são devidamente treinados a respeito de tais diretrizes, os esforços de treinamento e comunicação, que incluem campanhas e atividades internas, são ações contínuas do Programa de Integridade da Statkraft.

A Statkraft busca sempre manter relações com parceiros de negócios e diferentes públicos de relacionamento pautadas pela legalidade e conformidade. Além do Código de Conduta para colaboradores, possui um Código de Conduta para Fornecedores, que contempla as diretrizes de conduta esperadas dos seus parceiros de negócios. Este documento faz parte, de forma recorrente, também dos contratos firmados com os terceiros.

O *Compliance* Corporativo atua de maneira independente das áreas de negócio e seu reporte é direto para a Matriz Global na Noruega, garantindo a conformidade ética e legal na Companhia.

A Statkraft possui um Canal de Denúncias disponível 24h por dia, 7 dias por semana, para colaboradores e terceiros à empresa poderem reportar suas suspeitas ou o conhecimento de uma irregularidade às suas regras internas ou à legislação. As denúncias podem ser anônimas, todas as denúncias são avaliadas e tratadas com confidencialidade e são armazenadas em ambiente seguro. O denunciante de boa-fé é protegido de retaliação e recebe feedback da conclusão da apuração. Todos os reportes realizados pelo Canal de Denúncias são avaliados pela Auditoria Corporativa, um órgão independente com reporte ao Conselho de Administração na Noruega. Localmente, a Statkraft possui também um Comitê de Ética e Compliance que possui membros fixos formados pelo presidente da empresa e pelas diretorias de RH e Jurídico e área de Compliance.

## RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja condenação não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a Companhia e suas subsidiárias, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$ 18.019 mil em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft.

Em 10 de fevereiro de 2023, a Moinho S.A. subsidiária integral da SKER, bem como Passos Maia Energética S.A., controlada em conjunto da Companhia, firmaram um Acordo de Leniência com o poder público do estado de Minas Gerais para um dos casos denunciados e realizaram o pagamento de R\$ 9.744 e R\$ 24.073, respectivamente, em multas e ressarcimentos de vantagem indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft.

Como fruto do acordo, as Companhias implementarão melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que as mesmas continuem a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os casos remanescentes.

A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$ 8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja.

A Companhia é ré, entre outros, em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina anos antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft, em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação do Parque Eólico de Água Doce, no valor

histórico de R\$ 1,3 bilhão. Cumpre ressaltar, que a Companhia passou a integrar o consórcio posteriormente a obtenção das licenças e alienou sua participação meses após, muito antes da implementação do Parque Eólico.

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes LTDA, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. As práticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes asseguram que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No período findo em 31 de dezembro de 2022, a PWC não prestou serviços outros além daqueles relacionados à auditoria independente da Companhia.

Em dezembro de 2021 foi aprovada, pelo Conselho de Administração, a rotação dos auditores externos. Desde 01 de janeiro de 2022 a PWC passou a ser a empresa contratada de auditoria externa da companhia.

## IMPACTOS DO COVID-19 NAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia e suas subsidiárias continuam tomando as medidas preventivas necessárias e mitigando os riscos com base nas diretrizes nacionais e internacionais da Organização Mundial da Saúde. O Grupo se mantém operando com todas as suas usinas e parques eólicos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional. Neste cenário, podemos destacar as avaliações abaixo:

- A receita líquida consolidada auferida no exercício de 2022 no montante de R\$861.883 superou em 52% a realizada no mesmo período do ano anterior (R\$565.054).
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas.
- Não houve inadimplência de clientes e nem perdas de contratos.
- Recorremos a diferimentos no pagamento de impostos e tributos de acordo com as Medidas Provisórias liberadas pelo Governo (Federal, Estadual e Municipal).
- Durante as operações do exercício de 2022, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos decorrentes do cenário da pandemia que requeiram ajustes ou divulgações adicionais nessas demonstrações financeiras.

Em 2022 a Companhia retomou suas atividades administrativas nos escritórios, em um sistema híbrido, que consiste em até dois dias trabalhando em casa e no mínimo três dias presencialmente nos escritórios da Companhia, observando todos os cuidados sanitários para manter a segurança de seus colaboradores.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem a necessidade de ajustes adicionais às suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 relacionados a “impairment” de ativos ou descontinuidade operacional. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

## 4 – Empreendimentos em operação e construção



Conforme quadro abaixo, a Companhia possui atualmente 23 empreendimentos em operação, com uma capacidade instalada própria de 477,81 MW. Em dezembro de 2022 a Statkraft teve o início das operações da Oslo II do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia, adicionando 28,5 MW de capacidade instalada ao total da companhia. Com previsão de entregas por etapas até outubro de 2023, o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia adicionará outros 490,2 MW de capacidade instalada de geração de energia, totalizando 10 novos ativos. Em 30 de maio de 2022 a companhia iniciou a construção da expansão do complexo Eólico Brotas de Macaúbas, denominado Morro do Cruzeiro. O complexo conta com 2 ativos e adicionará 79,8 MW de capacidade instalada nas operações da companhia.

	Participação Statkraft (%)	Potência Instalada Usina (MW)	Potência Instalada Statkraft (MW)
 <b>GERAÇÃO PCH</b>		<b>202,5</b>	<b>190,0</b>
1. Esmeralda	100%	22,20	22,20
2. Santa Laura	100%	15,00	15,00
3. Santa Rosa II	100%	30,00	30,00
4. Moinho	100%	13,70	13,70
5. Passos Maia	50%	25,00	12,50
6. Tamar			
- Viçosa	100%	4,50	4,50
- São João	100%	25,00	25,00
- Alegre	100%	2,06	2,06
- Fruteiras	100%	8,74	8,74
- Jucu	100%	4,84	4,84
- Rio Bonito	100%	22,50	22,50
7. Santa Fé	100%	29,00	29,00
 <b>GERAÇÃO UEE</b>		<b>158,2</b>	<b>158,2</b>
8. Macaúbas	100%	35,07	35,07
9. Seabra	100%	30,06	30,06
10. Novo Horizonte	100%	30,06	30,06
11. Barra dos Coqueiros	100%	34,50	34,50
16. VSE (Oslo II)	100%	28,50	28,50
 <b>GERAÇÃO UHE</b>		<b>594,3</b>	<b>129,6</b>
12. Monjolinho	100%	74,00	74,00
13. Tamar – Suíça	100%	35,34	35,34
14. Ceran			
- Monte Carlo	5%	130,00	6,50
- Castro Alves	5%	130,00	6,50
- 14 de Julho	5%	100,00	5,00
15. Dona Francisca	1,803%	125,00	2,254
<b>EM OPERAÇÃO</b>		<b>955,1</b>	<b>477,8</b>
 <b>EM CONSTRUÇÃO</b>		<b>570,0</b>	<b>570,0</b>
16. Complexo Eólico VSE	100%	490,20	490,20
17. Morro do Cruzeiro	100%	79,80	79,80
<b>EM OPERAÇÃO + CONSTRUÇÃO</b>		<b>1.525,1</b>	<b>1.047,8</b>

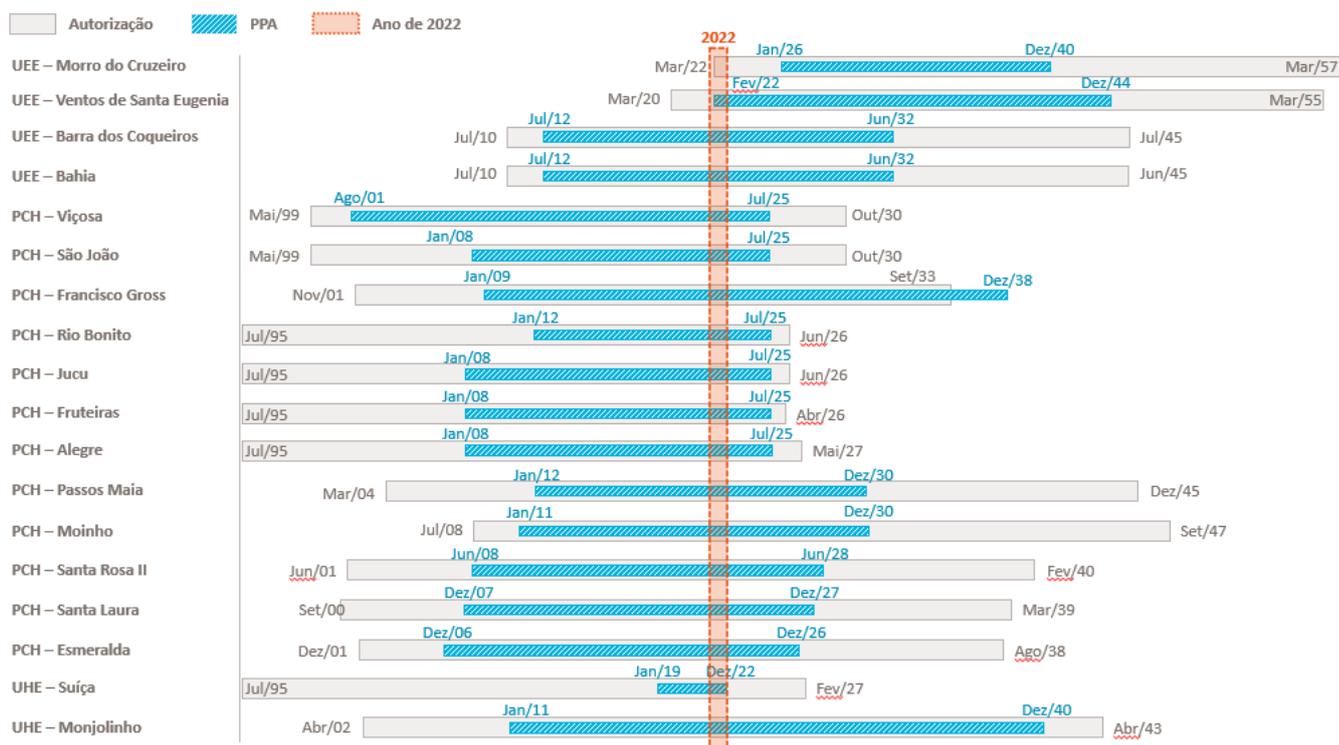
## COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Comercializamos energia através de Contratos de Compra e Venda de Energia (PPA) de longo prazo. Esses PPAs são reajustados anualmente por inflação e firmados com clientes com sólida classificação de crédito, proporcionando fluxo de caixa previsível e crescente.

Parte relevante da garantia física dos nossos empreendimentos em operação está comercializada.

A figura a seguir demonstra a energia contratada pelas subsidiárias da Statkraft Energias Renováveis S.A. por concessão / autorização, já considerando o período de extensão garantido pelas leis nº14.052/2020 e 14.120/2021 REN nº895/2020, REN nº2.919/2021 e REN nº2.932/2021 e pela:

### Autorização e PPA por Usina



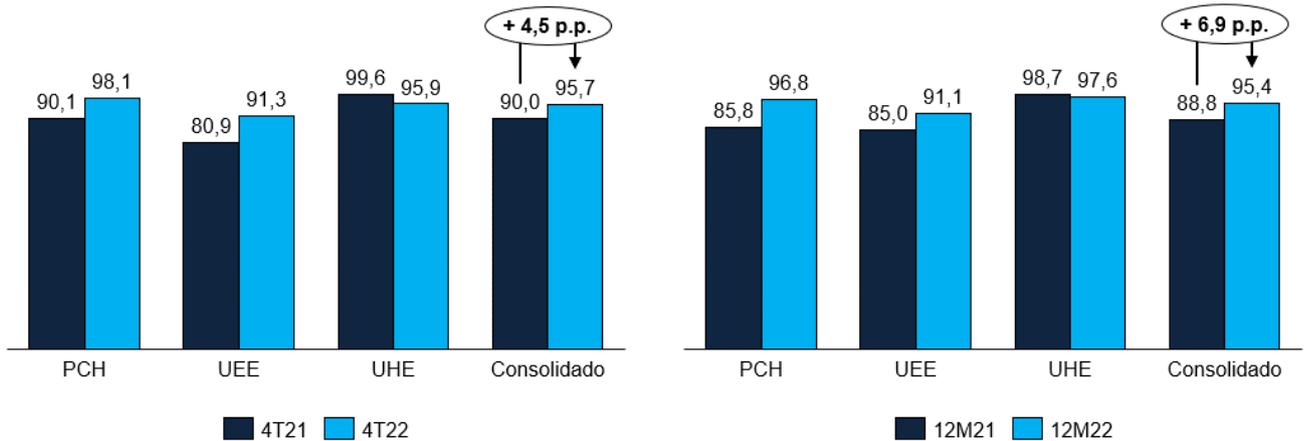
Visando o crescimento da empresa e possibilidades de mercado foi criada a empresa SKERCom que é uma comercializadora controlada 100% pela Statkraft que passou a desenvolver estratégias comerciais visando capturar as oportunidades de curto prazo com base no perfil do fornecimento da energia contratada, otimização do balanço energético, hidrologia e os preços do mercado.

## DISPONIBILIDADE MÉDIA GERAL NO SISTEMA INTEGRADO NACIONAL

No 4T22 as usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft alcançaram índice de disponibilidade ponderado de 95,7%, representando um crescimento de 4,5 p.p. em comparação com o 4T21, devido, principalmente, a melhora nas disponibilidades das PCHs e UEEs, com destaque para a volta de operação da PCH São João, com operações paradas de agosto de 2020 até novembro de 2021, em função da recuperação do túnel, além de maior disponibilidade das usinas eólicas em função do ganho de eficiência através da redução do prazo de retorno dos aerogeradores nas paradas não programadas (diminuição da indisponibilidade). Na comparação anual o incremento na disponibilidade foi de 6,9 p.p., encerrando 2022 com 95,4%.

### Disponibilidade Média Geral no Sistema Integrado Nacional (%)

\* considerando Passos Maia

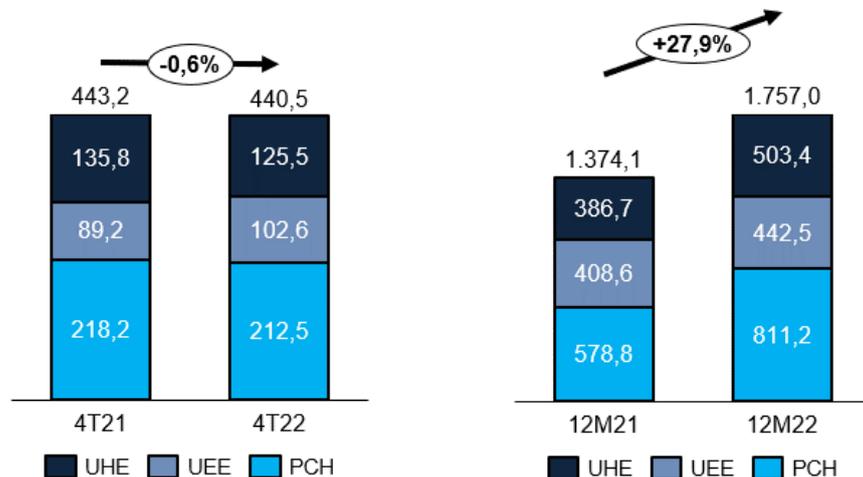


## PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft foi de 440,5 GWh no 4T22, apresentando queda de 0,6%, na comparação com o 4T21. No 12M22 a produção foi de 1.757,0 GWh, aumento de 27,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido a melhor disponibilidade das usinas eólicas, com menores paradas forçadas e maior eficiência. Já em relação as usinas hídricas, em função do retorno a produção da PCH São João e a melhor hidrologia observada no período.

### Produção de Energia Elétrica (GWh)

\* considerando 50% de Passos Maia



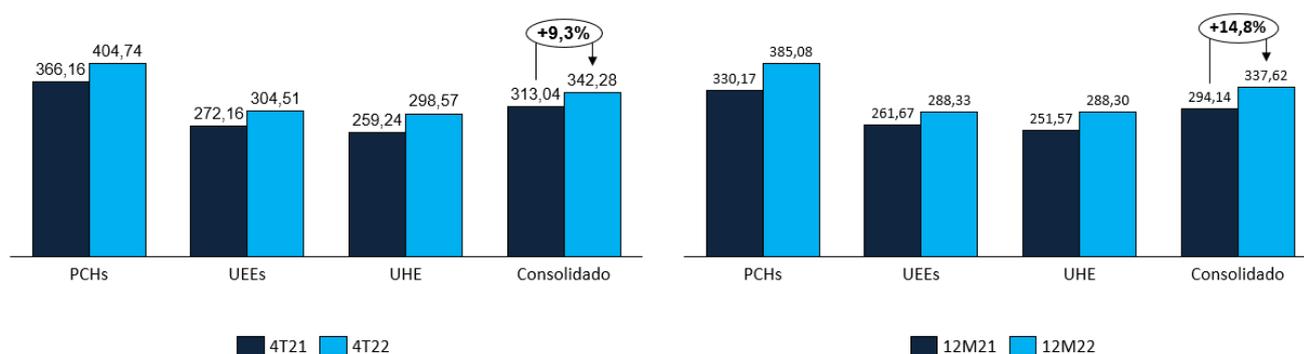
## 5 – Desempenho Econômico-Financeiro



### PREÇO BRUTO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA

No 4T22 o preço bruto médio da energia comercializada foi de R\$ 342,28/MWh, aumento de 9,3% na comparação com o 4T21, quando o preço bruto médio foi de R\$ 313,04/MWh. Já no acumulado do ano a variação foi de 14,8% com preço médio de R\$ 337,62/MWh no 12M22 contra R\$ 294,14/MWh de 12M21. O aumento no preço bruto médio da energia comercializada reflete os reajustes contratuais vinculados aos índices de inflação, conforme Contratos de Compra e Venda de Energia dos nossos empreendimentos, os quais são basicamente IPCA e IGP-M.

#### Preço Bruto Médio da Energia Comercializada\* (R\$/MWh)



\*Ponderado pela energia comercializada do período. Não contempla energia comercializada pela SKERcom.

### RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 4T22 a receita operacional líquida somou R\$ 218,8 milhões, 56,5% maior do que a receita líquida apurada no mesmo período de 2021, quando o valor foi de R\$ 139,8 milhões. No 12M22, a receita operacional líquida somou R\$ 861,9 milhões, 52,5% maior do que a receita líquida apurada no mesmo período de 2021.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	4T22	4T21	Var %	12M22	12M21	Var %
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>218.799</b>	<b>139.786</b>	<b>56,5%</b>	<b>861.883</b>	<b>565.054</b>	<b>52,5%</b>
<b>Fornecimento de energia</b>	<b>218.555</b>	<b>139.856</b>	<b>56,3%</b>	<b>860.866</b>	<b>564.454</b>	<b>52,5%</b>
- Contrato de energia de reserva – CER	29.493	23.190	27,2%	119.926	102.221	17,3%
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	38.281	43.903	-12,8%	153.305	144.903	5,8%
- Programa de Incentivo às Fontes Al. de Energia Elétrica (PROINFA)	37.494	33.864	10,7%	143.665	119.643	20,1%
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	90.247	6.446	1300,0%	351.384	62.296	464,1%
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	35.630	27.285	30,6%	131.484	96.603	36,1%
- Mercado de curto prazo (CCEE)	6.621	16.085	-58,8%	30.833	80.883	-61,9%
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(19.282)	(10.961)	75,9%	(71.682)	(42.369)	69,2%
- Outras Receitas (venda de certificados de energia renovável)	72	44	63,6%	1.952	274	612,4%
<b>Outros serviços</b>	<b>244</b>	<b>-70</b>	<b>-448,6%</b>	<b>1.017</b>	<b>600</b>	<b>69,5%</b>

### **Contrato de Energia de Reserva (CER)**

Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, em 4T22 houve um aumento de R\$ 6,3 milhões e no 12M22 houve um incremento de R\$ 17,7 milhões, devido ao reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA além do aumento do excedente em R\$ 12,0 milhões.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

### **Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)**

A redução de R\$ 5,6 milhões no 4T22 e o aumento de R\$ 9,6 milhões no 12M22 quando comparado com os mesmos períodos de 2021 são, em sua maior parte, decorrente do reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA e IGP-M e efeito da sazonalização dos contratos entre os meses, principalmente no último trimestre.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e SKER (ativos Tamar).

### **Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)**

O aumento de R\$ 3,4 milhões no 4T22 e de R\$ 24,0 milhões no 12M22 quando comparado com o mesmo período de 2021, deu-se, essencialmente, ao reajuste vinculado ao IGP-M.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa, as quais adeririam ao seguro regulatório (Resolução Normativa nº 684/ANEEL), optando pelo produto SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

### **Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)**

O aumento de R\$ 89,0 milhões no 4T22 e de R\$ 294,4 milhões no 12M22 quando comparado com o 4T21 e 12M21, respectivamente, deu-se, principalmente aos novos contratos de vendas da comercializadora SKERCom relacionados aos ativos de Ventos de Santa Eugênia.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho, UHE Suíça e SKER (ativos Tamar) e comercializadora SKERCom.

### **Contrato Bilateral Regulado (CBR)**

O aumento de R\$ 8,3 milhões no 4T22 e de R\$ 34,8 milhões no 12M22 em comparação com 4T21 e 12M21, respectivamente, ocorreram, principalmente, devido ao reajuste de inflação vinculado ao IGP-M, efeito da sazonalização dos contratos entre os meses e decorrente a Cessão dos contratos de CERAN a partir de 15 de fevereiro de 2022.

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da SKER (ativos Tamar) e Cessão dos contratos de CERAN.

### **Mercado de Curto Prazo (CCEE)**

A redução de R\$ 9,0 milhões no 4T22 e de R\$ 50,0 milhões no 12M22 em comparação com 4T21 e 12M21, respectivamente, ocorreu, principalmente, devido a diferença da posição energética do portfólio nos respectivos anos, atrelado ainda à diferentes níveis de PLD e GSF observados, compensado por fatores não operacionais (encargos, recontabilizações, ajustes financeiros, saldo de liquidação por inadimplência, etc.) que inverteram o comportamento observado na contabilização energética na comparação dos trimestres de 2022 e 2021.

## LUCRO BRUTO DE ENERGIA

No 4T22 o Lucro Bruto de Energia totalizou R\$ 93,3 milhões, representando um aumento de 38,2% na comparação com o 4T21, quando o valor foi de R\$ 67,5 milhões. No 12M22 o Lucro Bruto foi de R\$ 393,5 milhões, representando um aumento de 49,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O aumento do lucro bruto não acompanhou o crescimento da receita devido ao crescimento superior nos custos, o resultado de 2021 teve impacto no acumulado do ano pela repactuação do risco hidrológico que gerou um montante de R\$ 96,4 milhões, reduzindo assim o custo do fornecimento de energia.

Lucro Bruto de Energia (R\$ mil)	4T22	4T21	Var %	12M22	12M21	Var %
<b>Lucro Bruto de Energia</b>	<b>93.252</b>	<b>67.475</b>	<b>38,2%</b>	<b>393.465</b>	<b>359.224</b>	<b>9,5%</b>
- Receita Líquida	218.799	139.786	56,5%	861.883	565.054	52,5%
- Custo do Fornecimento de Energia	(123.196)	(71.265)	72,9%	(461.242)	(297.232)	55,2%
- Repactuação do risco hidrológico	0	0	N/A	0	96.364	-100,0%
- Custo dos Serviços Prestados	(2.351)	(1.007)	133,5%	(7.176)	(4.923)	45,8%
- Custo da Revenda de Mercadorias	0	(39)	-100,0%	0	(39)	-100,0%
<b>Geração (GWh)</b>	<b>440,5</b>	<b>443,2</b>	<b>-0,6%</b>	<b>1.757,0</b>	<b>1.374,1</b>	<b>27,9%</b>
<b>Lucro Bruto de Energia / Geração</b>	<b>212</b>	<b>152</b>	<b>39,0%</b>	<b>224</b>	<b>261</b>	<b>-14,3%</b>

## CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais no 4T22 totalizaram R\$ 125,6 milhões, representando um aumento de 73,7% na comparação com o 4T21, quando o valor foi de R\$ 72,3 milhões. No 12M22 o custo operacional foi de R\$ 468,4 milhões, representando um aumento de 55,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Dentre os principais custos, a compra de energia em 4T22 totalizou R\$ 79,6 milhões, representando um aumento de 141,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No 12M22 o total foi de R\$ 304,3 milhões, representando um aumento de 93,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Grande parte foram voltadas para suprir o volume de energia vendida através da comercializadora SKERCom relacionados aos ativos de Ventos de Santa Eugênia e uma pequena parte para operações de hedge.

Custos Operacionais (R\$ mil)	4T22	4T21	Var %	12M22	12M21	Var %
<b>Custo Total</b>	<b>125.547</b>	<b>72.272</b>	<b>73,7%</b>	<b>468.418</b>	<b>302.155</b>	<b>55,0%</b>
<b>Custo do fornecimento de energia elétrica</b>	<b>123.196</b>	<b>71.265</b>	<b>72,9%</b>	<b>461.242</b>	<b>297.232</b>	<b>55,2%</b>
- Depreciação e amortização	27.504	28.107	-2,1%	105.724	104.795	0,9%
- Encargos setoriais	11.253	5.880	91,4%	32.301	21.610	49,5%
- Custo com compra de energia elétrica	79.640	33.051	141,0%	304.265	157.109	93,7%
- Seguro regulatório	1.609	1.756	-8,4%	6.613	6.137	7,8%
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	3.190	2.471	29,1%	12.339	7.581	62,7%
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>2.351</b>	<b>1.007</b>	<b>133,5%</b>	<b>7.176</b>	<b>4.923</b>	<b>45,8%</b>
- Outros serviços	2.351	1.007	133,5%	7.176	4.923	45,8%

## Depreciação e Amortização

O custo com depreciação e amortização totalizou R\$ 27,5 milhões no 4T22, redução de 2,1% em relação ao 4T21 quando totalizou R\$ 28,1 milhões. No 12M22 o valor foi de R\$ 105,7 milhões, um aumento de 0,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Tal desempenho segue em linha, apontando leve variação quando comparado a 2021 devido, principalmente, à repactuação do risco hidrológico reconhecido após o 3T21, que causou um aumento no ativo intangível impactando diretamente no acréscimo de valor depreciado/amortizado, conforme Lei nº 14.052/2020, compensado pela entrada de operação de VSE

## Encargos Setoriais

O aumento de 91,4% em 4T22 e 49,5% no 12M22 quando comparado com 4T21 e 12M21, respectivamente, deu-se, essencialmente, devido aos encargos relacionados a operação de Ventos de Santa Eugênia (VSE) e ao reajuste das tarifas CCD e CUSD pelo IGP-M.

## Seguro Regulatório

A redução de 8,4% em 4T22 e aumento de 7,8% no 12M22 quando comparado com 4T21 e 12M21, respectivamente, deu-se, essencialmente, devido ao reajuste dos valores pelo IGP-M associado a sazonalização da apropriação do seguro no período.

## Outros custos de fornecimento de energia elétrica

No 4T22 e 12M22 a rubrica é composta, essencialmente, pelo prêmio do seguro contra risco operacional, de responsabilidade civil e construção. A variação entre 4T22 e 12M22 quando comparado a 4T21 e 12M21, respectivamente, deve-se, principalmente, ao prêmio de seguros de construção de Ventos de Santa Eugênia e de Morro do Cruzeiro, que não são capitalizáveis.

## Outros Serviços

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados a salários dos mantenedores das plantas e aos serviços de O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias. No período, houve um aumento de 45,8% nos gastos devido, principalmente, a entrada em operação de Complexo Eólico de Ventos de Santa Eugênia.

## DESPESAS (RECEITAS) GERAIS

No 4T22 as despesas gerais somaram R\$ 49,4 milhões, uma redução de 27,6% na comparação com 4T21. No 12M22 as despesas totalizaram R\$ 122,3 milhões, uma redução de 8,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Despesas Gerais (R\$ mil)	4T22	4T21	Var %	12M22	12M21	Var %
<b>Despesas Totais</b>	<b>49.417</b>	<b>68.237</b>	<b>-27,6%</b>	<b>122.330</b>	<b>133.766</b>	<b>-8,5%</b>
<b>- Gerais e Administrativas totais</b>	<b>40.466</b>	<b>39.617</b>	<b>2,1%</b>	<b>142.238</b>	<b>120.468</b>	<b>18,1%</b>
- Salários e encargos	13.152	13.719	-4,1%	51.728	46.402	11,5%
- Gerais e administrativas	21.056	19.335	8,9%	68.745	51.967	32,3%
- Remuneração dos administradores	2.920	2.544	14,8%	10.829	9.178	18,0%
- Encargos setoriais	1.244	989	25,8%	4.769	2.613	82,5%
- Depreciação e amortização	813	846	-3,9%	3.138	3.343	-6,1%
- Com estudos em desenvolvimento	1.282	2.184	-41,3%	3.030	6.965	-56,5%
<b>- Outras despesas (receitas)</b>	<b>8.951</b>	<b>28.620</b>	<b>-68,7%</b>	<b>(19.908)</b>	<b>13.298</b>	<b>249,7%</b>

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

## Salários e encargos

A variação observada no 4T22 quando comparado ao mesmo período de 2021, apresenta uma queda devido as capitalizações referentes aos projetos em construção, os quais são superiores em 2022. Já a variação no 12M22, quando comparado ao mesmo período de 2021, deve-se, essencialmente, ao crescimento do total de funcionários alinhado com o plano de crescimento da Companhia e ao acordo coletivo ocorrido em maio de 2022 aliado ao plano de bônus dos colaboradores.

## Gerais e administrativas

No 4T22 houve um aumento de R\$ 1,7 milhão quando comparado ao 4T21, devido a gastos administrativos e viagens (R\$ 1,5 milhão), com a melhora da pandemia. No 12M22, o aumento de R\$ 16,8 milhões deu-se, principalmente, por gastos com processo de diligência em projeto de M&A, além das atividades de construção não capitalizáveis.

## Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. No 4T22 e 12M22 os valores apurados, apresentam um aumento de R\$ 0,4 milhão e R\$ 1,7 milhão, respectivamente, quando comparado com o mesmo período do ano anterior decorrente, principalmente, do ajuste de inflação, inclusão do FGTS e novo plano de remuneração variável.

## Encargos Setoriais

No 4T22 e 12M22, os gastos com encargos setoriais foram maiores do que 4T21 e 12M21, respectivamente, devido ao retorno das operações da PCH São João, início das atividades de VsE. além do aumento da inflação diretamente relacionado ao CFURH.

## Estudos e Desenvolvimento

Esta linha contempla os gastos com desenvolvimento de projetos que, em função do cenário regulatório em 2022, teve parte dos seus dispêndios designados para o ano seguinte, com isso apresentando redução no período. Vale destacar que ainda assim segue alinhado com a estratégia de crescimento da companhia conforme seu planejamento estratégico. As ações estão também, alinhadas com estratégias de M&A que vem sendo adotadas.

## Outras despesas (receitas)

O resultado decorrente de outras despesas ou receitas totalizou R\$ 19,9 milhões no 12M22, devido, principalmente, da provisão para contingência legal de Moinho S.A, além dos ressarcimentos de lucros cessantes e danos materiais relacionados a sinistros cobertos pelo seguro e do reembolso dos gastos de desenvolvimento do projeto *greenfield* Sakura.

## RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

No 4T22 o resultado de participação societárias totalizou uma despesa de R\$ 10,6 milhões quando comparado ao mesmo período de 2021. No 12M22 o resultado foi de R\$ 20,9 milhões, enquanto o mesmo período do ano anterior o valor foi de R\$ 13,4 milhões. Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) provenientes participações societárias (R\$ mil)	4T22	4T21	Var %	12M22	12M21	Var %
- Equivalência patrimonial	(10.577)	440	-2503,9%	20.549	12.555	63,7%
- Dividendos auferidos	0	148	-100,0%	354	891	-60,3%
<b>Resultado de participações</b>	<b>(10.577)</b>	<b>588</b>	<b>-1898,8%</b>	<b>20.903</b>	<b>13.446</b>	<b>55,5%</b>

## Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado das subsidiárias Passos Maia Energética S.A. (50%) e CERAN (5%), sendo esta considerada como investimento em coligada sob o método de equivalência patrimonial, alterando assim seu

método de classificação desde junho de 2022. O valor negativo é resultado essencialmente da provisão para contingência legal no nível da subsidiária Passos Maia S.A.

## Dividendos Auferidos

Composta pelos dividendos reconhecidos da Dona Francisca (2,12%) e CERAN (5%).

## RESULTADO FINANCEIRO

No 4T22 o resultado financeiro correspondeu a uma receita líquida de R\$ 13,3 milhões, aumento de R\$ 12,0 milhões na comparação com o mesmo período de 2021, quando o resultado financeiro correspondeu a uma receita líquida de R\$ 1,3 milhão. No 12M22 o resultado correspondeu a uma receita líquida de R\$ 16,3 milhões, apresentando uma redução de 159,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior quando foi registrado dívida líquida de R\$ 27,3 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T22	4T21	Var %	12M22	12M21	Var %
<b>Receitas financeiras</b>	<b>25.024</b>	<b>10.110</b>	<b>147,5%</b>	<b>86.657</b>	<b>34.020</b>	<b>154,7%</b>
- Com aplicações financeiras (i)	24.905	9.980	149,5%	85.827	24.389	251,9%
- Variação monetária ativa	117	113	3,5%	652	398	63,8%
- Juros sobre contrato de mútuo	0	0	N/A	0	95	-100,0%
- Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências	0	0	N/A	0	8.814	-100,0%
- Outras receitas financeiras	2	17	-88,2%	178	324	-45,1%
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(11.724)</b>	<b>(8.763)</b>	<b>33,8%</b>	<b>(70.404)</b>	<b>(61.328)</b>	<b>14,8%</b>
- Com financiamentos (ii)	(8.379)	(3.385)	147,5%	(34.420)	(28.118)	22,4%
- Comissão de fiança e garantias	0	0	N/A	0	0	N/A
- IOF, multa e juros sobre tributos	(522)	(483)	8,1%	(2.155)	(1.514)	42,3%
- Variação monetária passiva	(31)	(256)	-87,9%	(968)	(407)	137,8%
- Concessões a pagar e outras despesas (iii)	689	(4.516)	-115,3%	(16.494)	(27.206)	-39,4%
- Juros sobre contrato de mútuo (iv)	(1.900)	(628)	202,5%	(10.217)	(987)	935,2%
- Juros sobre arrendamento mercantil	(477)	(331)	44,1%	(928)	(1.286)	-27,8%
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(311)	(412)	-24,5%	(1.378)	(1.370)	0,6%
- Outras despesas financeiras	(793)	1.248	-163,5%	(3.844)	(440)	773,6%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>13.300</b>	<b>1.347</b>	<b>887,4%</b>	<b>16.253</b>	<b>(27.308)</b>	<b>-159,5%</b>

## Receitas Financeiras

No 4T22 as receitas financeiras atingiram R\$ 25,0 milhões, representando aumento de R\$ 14,9 milhões na comparação com o 4T21. No 12M22 as receitas totalizaram R\$ 86,7 milhões, representando um aumento de 154,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Tal variação é decorrente, principalmente, (i) do maior rendimento sobre aplicações financeiras em função do maior saldo médio de caixa e CDI apurado no período.

## Despesas Financeiras

No 4T22 as despesas financeiras totalizaram R\$ 11,7 milhões apresentando um aumento de 33,8% na comparação com 4T21. No 12M22 as despesas financeiras totalizaram R\$ 70,4 milhões, representando um aumento de 14,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, a (ii) aumento da alíquota de CDI compensada pelo saldo menor da dívida, (iii) por ser um ativo financeiro, houve redução das concessões a pagar devido ao impacto da inflação no saldo e (iv) maior alíquota de CDI sobre o saldo de mútuo,

reversão do desconto nos juros compensados parcialmente pela baixa da provisão de IOF por conta de sua prescrição.

## IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Statkraft optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real nas empresas SKER e SKER COM. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

No 4T22 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 13,8 milhões, e no 12M22 o saldo negativo totalizou R\$ 70,5 milhões, principalmente pelo maior lucro realizado e pelo impacto de R\$ 8,5 milhões devido ao ajuste de avaliação patrimonial conforme variação dos investimentos avaliados a valor justo e R\$ 15,7 milhões devido ao novo tratamento contábil referente ao CERAN (5%).

## OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

No 4T21 somaram perda de R\$ 178 mil representando o resultado da subsidiária Enex. A Enex foi incorporada pela SKER em dezembro de 2021.

## LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

No 4T22 foi registrado lucro líquido de R\$ 32,8 milhões, comparado a um prejuízo líquido de R\$ 4,3 milhões registrados no 4T21, houve um aumento de 659,5% em função do lucro bruto superior, bem como da receita financeira realizada no período. No 12M22 o lucro líquido registrado foi de R\$ 237,8 milhões, um aumento de R\$ 54,2 milhões quando comparado com o mesmo período do ano anterior conforme explicações apresentadas anteriormente.

## EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 61,6 milhões no 4T22, apresentando um aumento de 113,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função, principalmente, do melhor resultado operacional no período. A margem EBITDA apresentou aumento de 7,5 p.p. na comparação entre os períodos. No 12M22 o EBITDA totalizou R\$ 400,9 milhões, apresentando um crescimento de 15,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA apresentou queda de -14,9p.p quando comparado a 12M21. Considerando o EBITDA recorrente, houve um aumento de 148,4% no 4T22 e 63,9% no 12M22 quando comparado com o mesmo período de 2021. A margem EBITDA recorrente cresceu 12,1 p.p. no 4T22 e 3,3 p.p. no 12M22 quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA (R\$ mil)	4T22	4T21	Var %	12M22	12M21	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	32.790	(4.317)	-859,6%	237.815	183.619	29,5%
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	13.768	5.524	149,2%	70.476	27.799	153,5%
(+) Despesas financeiras líquidas	(13.300)	(1.347)	887,4%	(16.253)	27.308	-159,5%
(+) Depreciação, amortização	28.317	28.953	-2,2%	108.862	108.138	0,7%
(+) Operação descontinuada	0	5	-100,0%	0	178	-100,0%
<b>EBITDA – ICVM nº 527</b>	<b>61.575</b>	<b>28.818</b>	<b>113,7%</b>	<b>400.900</b>	<b>347.042</b>	<b>15,5%</b>
(-) Repactuação risco hidrológico	0	0	N/A	0	(96.364)	-100,0%
(+) Contingência legal	20.744	0	N/A	20.744	0	N/A
<b>EBITDA recorrente – ICVM nº 527</b>	<b>82.319</b>	<b>28.818</b>	<b>185,7%</b>	<b>421.644</b>	<b>250.678</b>	<b>68,2%</b>
Receita Líquida	218.799	139.786	56,5%	861.883	565.054	52,5%
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>28,1%</b>	<b>20,6%</b>	<b>7,5 p.p</b>	<b>46,5%</b>	<b>61,4%</b>	<b>-14,9 p.p</b>
<b>Margem EBITDA recorrente (%)</b>	<b>37,6%</b>	<b>20,6%</b>	<b>17,0 p.p</b>	<b>48,9%</b>	<b>44,4%</b>	<b>4,6 p.p</b>

---

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

## 6 – Perfil do Endividamento



A Companhia prioriza financiamentos de longo prazo, em moeda nacional, com custos competitivos, com o objetivo de fazer frente aos elevados investimentos requeridos na implantação dos seus projetos de geração de energia, na categoria *project finance* com receita e estrutura de garantias atreladas ao período da sua amortização.

Para suportar aquisições de ativos já em operação, ou mobilização de atividades de construção, a Companhia também poderá optar por financiamentos de médio prazo.

A Administração entende que tais iniciativas fortalecem a estrutura de capital da Companhia, tornando um perfil de endividamento adequado ao ciclo de investimentos.

Em dezembro de 2020, a Companhia celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. - contratos de financiamento de até R\$ 1.063,0 milhões, no nível das investidas constituídas para o projeto do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA.

Em 09 de março de 2022 o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. – contratos de financiamento no montante de R\$ 257,0 milhões, no nível das investidas constituídas para o projeto Morro do Cruzeiro. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 22 anos. O custo desta captação foi de 3,61% a.a. adicionados ao IPCA.

Em 31 de dezembro de 2022 a dívida líquida somava R\$ 676,7 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

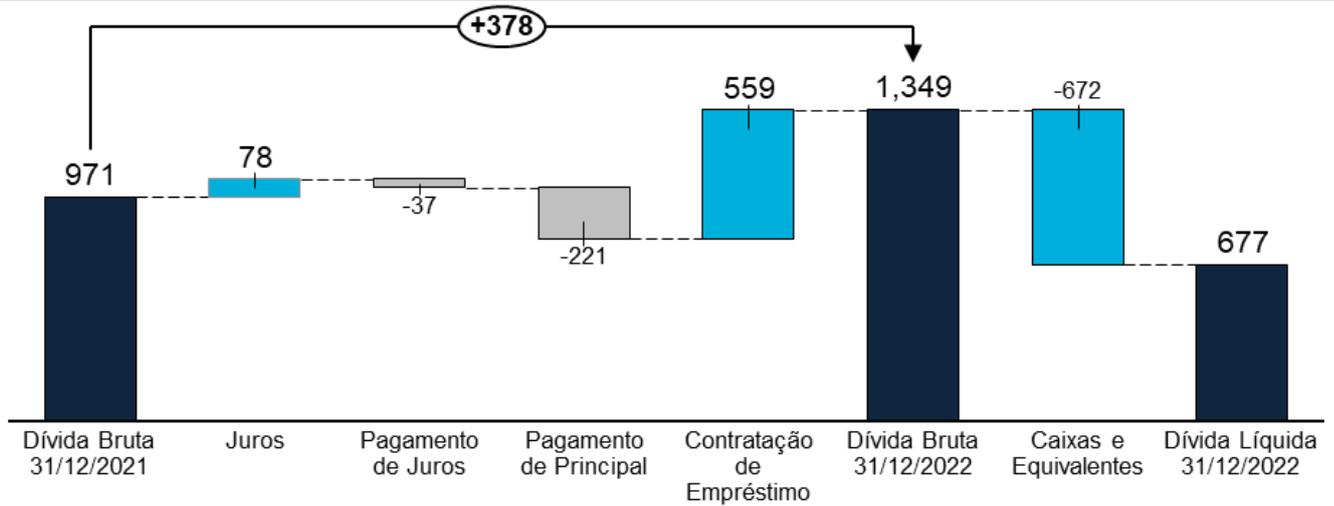
Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021	Diferença nominal	Var. %
<b>Endividamento</b>	<b>1.349.015</b>	<b>970.974</b>	<b>378.041</b>	<b>38,9%</b>
- Financiamento de Obras - BNB	1.011.850	412.161	599.689	145,5%
- Debêntures	76.456	152.598	-76.142	-49,9%
- Outros Empréstimos	260.709	406.215	-145.506	-35,8%
<b>Caixa e aplicações financeiras</b>	<b>672.342</b>	<b>201.245</b>	<b>471.097</b>	<b>234,1%</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>676.673</b>	<b>769.729</b>	<b>-93.056</b>	<b>-12,1%</b>
<b>EBITDA (últimos 12 meses)</b>	<b>400.900</b>	<b>347.042</b>	<b>53.858</b>	<b>15,5%</b>
<b>Dívida líquida / EBITDA</b>	<b>1,7</b>	<b>2,2</b>	<b>-0,5</b>	<b>-23,9%</b>

Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

### ENDIVIDAMENTO

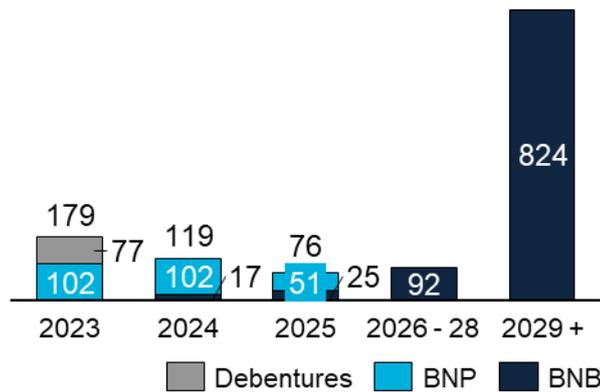
Entre os períodos em análise o endividamento bancário da Companhia cresceu em R\$ 378,0 milhões, explicado pelos desembolsos junto ao BNB para a construção dos parques eólicos que compõem o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.

### Evolução da Dívida – Dívida Bruta x Dívida Líquida



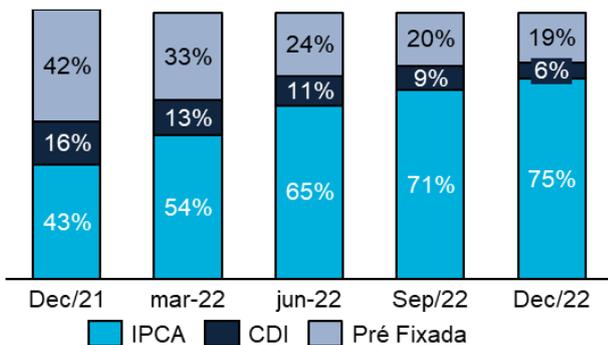
O cronograma de amortização do endividamento, em 31 de dezembro de 2022, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

### Cronograma de amortização do endividamento

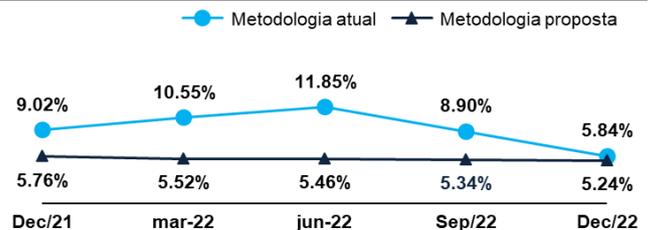


Em dezembro de 2022, a participação da dívida atrelada ao CDI era de 6%, representada pelas debêntures, ante a 19% da pré-fixada, e 75% atreladas ao IPCA, representados pelas dívidas contratadas junto ao BNB.

### Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador



### Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária\*



\* Nova metodologia considera as curvas futuras de IPCA e CDI ao invés de considerar os últimos 12 meses.

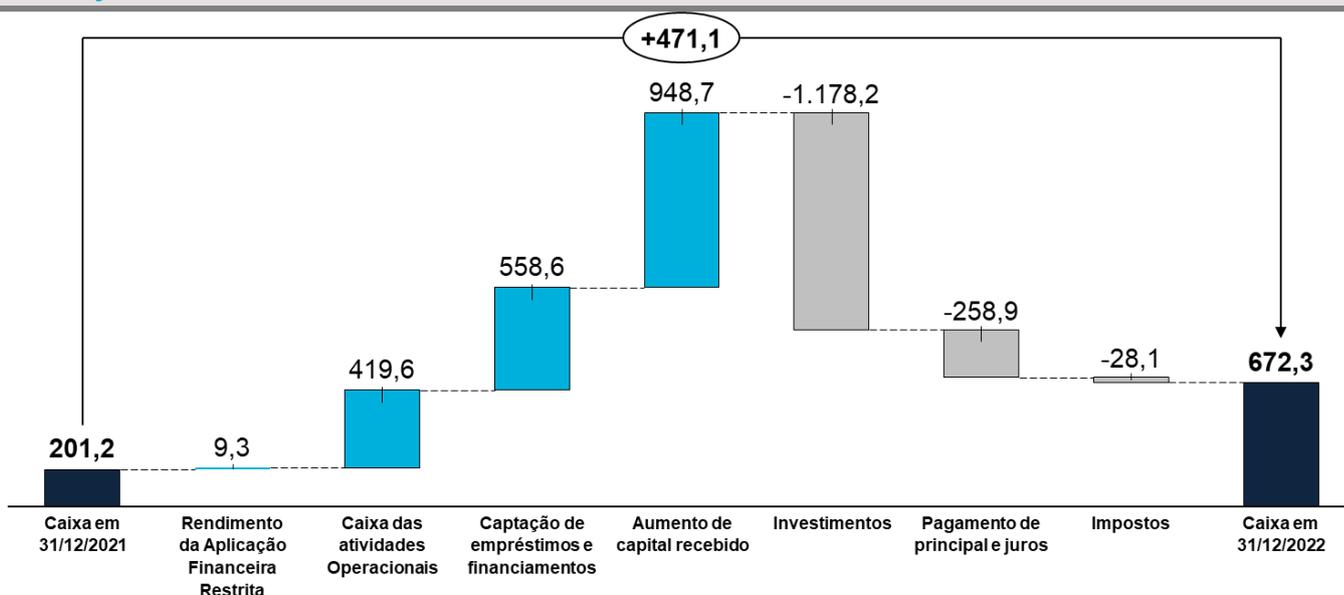
## CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022 houve aumento de R\$ 471,1 milhões no saldo de caixa e aplicações financeiras, saindo de um total de R\$ 201,2 milhões em dezembro de 2021 para o total de R\$ 672,3 milhões de reais em dezembro de 2022. O saldo de caixa e aplicações financeiras de 31 de dezembro de 2022 considera um saldo de R\$ 24,1 milhões referente ao saldo de aplicação financeira restrita vinculado ao financiamento do BNB.

O saldo do caixa em 31 de dezembro de 2022 é composto pelo saldo de caixa de 31 de dezembro de 2021 acrescidos do rendimento da aplicação financeira restrita, da geração de caixa operacional no total de R\$ 419,6 milhões, pelo aumento de capital recebido no montante de R\$ 948,7 milhões e pela captação de financiamentos no valor total de R\$ 558,6 milhões do desembolso junto ao BNB para a construção dos parques eólicos que compõem o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia. O caixa foi atenuado pelos investimentos realizados no período de R\$ 1.178,2 milhões, pelos pagamentos de principal e juros de empréstimos de R\$ 258,9 milhões, além dos pagamentos de impostos e encargos no valor total de R\$ 28,1 milhões.

A Companhia acumula volume de caixa e equivalentes de caixa decorrente à postergação de marcos na construção dos projetos Morro do Cruzeiro e Ventos de Santa Eugênia. Tal postergação é comum em projetos de engenharia de grande porte e estes marcos determinam o pagamento de seus principais fornecedores. Conservadoramente, a Companhia opta por deixar o recurso em caixa, de maneira a honrar estes compromissos concomitantemente ao alcance destes.

### Evolução do Caixa



## 7 – Demonstrações Financeiras Consolidadas



### BALANÇO PATRIMONIAL – Ativo (R\$ MIL):

Ativo (R\$ mil)	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021	Var. %
<b>Circulante</b>	<b>836.714</b>	<b>293.508</b>	<b>185,1%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	584.145	186.403	213,4%
Aplicação financeira restrita	64.115	0	N/A
Contas a receber	107.372	61.926	73,4%
Dividendos a receber	12.633	2.982	323,6%
Estoques	14.039	8.027	74,9%
Tributos a recuperar	18.752	19.194	-2,3%
Repactuação do risco hidrológico	1.063	0	N/A
Ativos não circulantes mantidos para venda	16.633	970	1614,7%
Outros ativos	17.962	14.006	28,2%
<b>Não Circulante</b>	<b>4.125.708</b>	<b>3.138.409</b>	<b>31,5%</b>
Aplicação financeira restrita	24.082	14.842	62,3%
Contas a receber	25.334	17.424	45,4%
Partes relacionadas	0	0	N/A
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180	180	0,0%
Repactuação do risco hidrológico	1.635	2.698	-39,4%
Outros ativos	6.332	6.498	-2,6%
Propriedades para investimento	2.239	19.092	-88,3%
Operações descontinuadas	0	0	N/A
Investimentos ao valor justo	7.571	84.434	-91,0%
Investimentos	53.288	46.892	13,6%
Imobilizado	3.643.903	2.554.763	42,6%
Intangível	361.144	391.586	-7,8%
<b>Total Ativo</b>	<b>4.962.422</b>	<b>3.431.917</b>	<b>44,6%</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL – Passivo/Patrimônio líquido (R\$ MIL):**

<b>Passivo (R\$ mil)</b>	<b>31 de Dezembro de 2022</b>	<b>31 de Dezembro de 2021</b>	<b>Var. %</b>
<b>Circulante</b>	<b>392.837</b>	<b>407.993</b>	<b>-3,7%</b>
Fornecedores	69.473	32.787	111,9%
Financiamentos e debêntures	184.165	244.953	-24,8%
Partes relacionadas	70.881	61.409	15,4%
Concessões a pagar	15.714	14.605	7,6%
Salários e encargos sociais	14.116	13.326	5,9%
Arrendamentos	4.432	4.261	4,0%
Tributos a recolher	11.182	12.839	-12,9%
Imposto de renda e contribuição social	5.268	3.896	35,2%
Dividendos a pagar	11.296	8.722	29,5%
Outros passivos	6.310	11.195	-43,6%
<b>Não Circulante</b>	<b>1.365.604</b>	<b>956.086</b>	<b>42,8%</b>
Financiamentos e debêntures	1.164.850	726.021	60,4%
Concessões a pagar	98.002	96.215	1,9%
Tributos a recolher	925	636	45,4%
Imposto de renda e contribuição social	780	537	45,3%
Provisão para remoção de imobilizado	26.495	65.937	-59,8%
Arrendamentos	10.295	13.706	-24,9%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17.669	7.848	125,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.801	42.344	3,4%
Outros passivos	2.787	2.842	-1,9%
<b>Total Passivo</b>	<b>1.758.441</b>	<b>1.364.079</b>	<b>28,9%</b>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>3.203.981</b>	<b>2.067.838</b>	<b>54,9%</b>
Capital social	2.620.650	1.671.910	56,7%
Reservas de Lucros	571.000	335.760	70,1%
Ajuste de avaliação patrimonial	12.324	60.161	-79,5%
Lucros Acumulados	0	0	N/A
Participação de não controladores	7	7	0,0%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.962.422</b>	<b>3.431.917</b>	<b>44,6%</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – (R\$ MIL):**

Demonstração do Resultado do Exercício - R\$ mil	4T22	4T21	Var %	12M22	12M21	Var %
<b>Receita líquida</b>	<b>218.799</b>	<b>139.786</b>	<b>56,5%</b>	<b>861.883</b>	<b>565.054</b>	<b>52,5%</b>
Custo do fornecimento de energia elétrica	(123.196)	(71.265)	72,9%	(461.242)	(297.232)	55,2%
Repactuação do risco hidrológico	0	0	N/A	0	96.364	-100,0%
Custo dos serviços prestados	(2.351)	(1.007)	133,5%	(7.176)	(4.923)	45,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>93.252</b>	<b>67.514</b>	<b>38,1%</b>	<b>393.465</b>	<b>359.224</b>	<b>9,5%</b>
<b>Despesas</b>	<b>(59.994)</b>	<b>(67.649)</b>	<b>-11,3%</b>	<b>(101.427)</b>	<b>(120.320)</b>	<b>-15,7%</b>
Gerais e administrativas	(40.466)	(39.617)	2,1%	(142.238)	(120.468)	18,1%
Outras (despesas) receitas	(8.951)	(28.620)	-68,7%	19.908	(13.298)	-249,7%
Equivalência patrimonial	(10.577)	440	-2503,9%	20.549	12.555	63,7%
Dividendos auferidos	0	148	-100,0%	354	891	-60,3%
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>	<b>33.258</b>	<b>(135)</b>	<b>24535,6%</b>	<b>292.038</b>	<b>238.904</b>	<b>22,2%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>13.300</b>	<b>1.347</b>	<b>887,4%</b>	<b>16.253</b>	<b>(27.308)</b>	<b>-159,5%</b>
Despesas financeiras	(11.724)	(8.763)	33,8%	(70.404)	(61.328)	14,8%
Receitas Financeiras	25.024	10.110	147,5%	86.657	34.020	154,7%
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>46.558</b>	<b>1.212</b>	<b>3741,4%</b>	<b>308.291</b>	<b>211.596</b>	<b>45,7%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(13.768)	(5.524)	149,2%	(70.476)	(27.799)	153,5%
Resultado proveniente de operações descontinuadas	0	(5)	-100,0%	0	(178)	-100,0%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>32.790</b>	<b>(4.317)</b>	<b>659,6%</b>	<b>237.815</b>	<b>183.619</b>	<b>29,5%</b>
Acionistas da Controladora	0	0	N/A	0	0	N/A
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-

---

# ***Statkraft Energias Renováveis S.A.***

***Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2022  
e relatório do auditor independente***

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Statkraft Energias Renováveis S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Statkraft Energias Renováveis S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

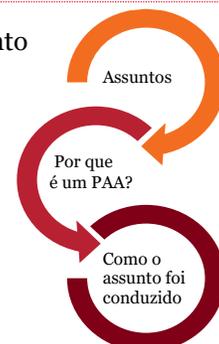
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Statkraft Energias Renováveis S.A. e da Statkraft Energias Renováveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



---

**Porque é um PAA**

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

**Reconhecimento de receita (Notas 2.23 e 23)**

As receitas de geração de energia elétrica da Companhia e suas controladas são reconhecidas no momento em que a energia é disponibilizada no SIN - Sistema Nacional Integrado ou conforme sua garantia física mensal alocada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas reconheceram receitas operacionais no montante de R\$ 283.624 mil (controladora) e R\$ 861.883 mil (consolidado).

O reconhecimento de receita foi considerado um principal assunto em nossa auditoria em virtude da relevância da receita líquida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

Entendimento e avaliação do processo de reconhecimento de receitas, considerando a natureza da receita, as regras de comercialização de energia e as características do contrato de venda de energia, entre outros, incluindo os principais sistemas utilizados.

Avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas.

Seleção de transações de vendas, ao longo do exercício, com base em amostragem e confronto com os respectivos contratos de venda de energia e demais documentos-suporte, para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios.

Recálculo das receitas variáveis baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais.

Avaliação das divulgações efetuadas pela administração da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, relacionados ao reconhecimento da receita e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que as políticas adotadas pela administração estão consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, bem como nas notas explicativas.

---

**Ativo imobilizado (Notas 1 e 13)**

A Companhia, por meio de suas controladas, está construindo os Complexos de Ventos de Santa

Nossos procedimentos de auditoria para o assunto, incluíram, entre outros:



Statkraft Energias Renováveis S.A.

---

### Porque é um PAA

Eugenia e Morro do Cruzeiro. Os dois projetos somados têm uma expectativa de investimento de R\$ 3,35 bilhões, dos quais já foram incorridos R\$ 2,48 bilhões até 31 de dezembro de 2022.

Devido a relevância e alto volume de transações do saldo de imobilizado em curso, e considerando as características técnicas junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o objetivo de adequar as Outorgas à realidade dos projetos, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

---

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obtenção do entendimento sobre o fluxo de compra do imobilizado em curso, bem como a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o processo de compras.

Realização de testes documentais, em base amostral, sobre a existência dos itens adquiridos, avaliando o momento do reconhecimento e os montantes reconhecidos.

Obtenção de confirmação externa com os principais fornecedores e construtores dos complexos eólicos sobre os adiantamentos efetuados.

Avaliação das divulgações efetuadas pela administração da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados ao reconhecimento do ativo imobilizado em curso dos Complexos de Ventos de Santa Eugenia e Morro do Cruzeiro e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que as políticas adotadas pela administração estão consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, bem como nas notas explicativas.

---

### Outros assuntos

#### Ênfase

#### Processos investigativos

Chamamos a atenção para a Nota 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual descreve que: (i) como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia e de suas controladas, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada à Companhia e controladas, e o verificado durante essa investigação foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um acordo de leniência com as autoridades federais para um desses casos denunciados e realizou o pagamento de R\$ 18.019 mil em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pelo Grupo Statkraft. Além disso, conforme descrito na Nota 33.1, em

Statkraft Energias Renováveis S.A.

10 de fevereiro de 2023, a Moinho S.A. subsidiária integral da SKER, bem como Passos Maia Energética S.A., controlada em conjunto da Companhia, firmaram um Acordo de Leniência com o poder público do estado de Minas Gerais para um dos casos denunciados e realizaram o pagamento de R\$ 9.280 e R\$ 22.928, respectivamente, em multas e ressarcimentos de vantagem indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto destes acordos, as Companhias implementarão melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que as mesmas continuem a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero a corrupção. Em relação aos outros casos, no atual estágio, não é possível prever o resultado final; (ii) Conforme também descrito na Nota 30, a Companhia e controladas, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

### **Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 15 de março de 2022, sem ressalvas.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Statkraft Energias Renováveis S.A.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de



Statkraft Energias Renováveis S.A.

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 13 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa  
Contador CRC 1SP236051/O-7

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021			31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	447.927	108.418	584.145	186.403	Fornecedores	16	10.916	11.612	69.473	32.787
Aplicação financeira restrita	9	64.115	-	64.115	-	Financiamentos e debêntures	17	184.165	227.765	184.165	244.953
Contas a receber	6	70.731	44.612	107.372	61.926	Partes relacionadas	10	71.228	60.448	70.881	61.409
Dividendos a receber	10	65.045	52.322	12.633	2.982	Concessões a pagar	18	15.714	14.605	15.714	14.605
Estoques		14.039	8.027	14.039	8.027	Salários e encargos sociais		12.709	11.966	14.116	13.326
Tributos a recuperar		13.661	17.633	18.752	19.194	Arrendamentos	19	3.231	2.889	4.432	4.261
Repactuação do risco hidrológico	7	853	778	1.063	970	Tributos a recolher	20	3.111	1.586	11.182	12.839
Outros ativos		6.707	2.367	17.962	14.006	Imposto de renda e contribuição social		-	-	5.268	3.896
		<u>645.078</u>	<u>234.157</u>	<u>820.081</u>	<u>293.508</u>	Dividendos a pagar	10	11.296	8.722	11.296	8.722
Ativos não circulantes mantidos para venda	15	16.633	-	16.633	-	Outros passivos	21	4.837	5.642	6.310	11.195
Total do ativo circulante		<u>661.711</u>	<u>234.157</u>	<u>836.714</u>	<u>293.508</u>	Total do passivo circulante		<u>317.207</u>	<u>345.235</u>	<u>392.837</u>	<u>407.993</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Aplicação financeira restrita	9	-	-	24.082	14.842	Financiamentos e debêntures	17	153.000	331.048	1.164.850	726.021
Contas a receber	6	-	-	25.334	17.424	Concessões a pagar	18	98.002	96.215	98.002	96.215
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	180	180	Tributos a recolher	20	-	-	925	636
Repactuação do risco hidrológico	7	150	1.003	1.635	2.698	Imposto de renda e contribuição social		-	-	780	537
Propriedades para investimento	15	2.239	19.092	2.239	19.092	Provisão para remoção de imobilizado	13.a)	-	-	26.495	65.937
Investimentos ao valor justo	11	7.571	84.434	7.571	84.434	Arrendamentos	19	6.611	8.985	10.295	13.706
Outros ativos		5.411	5.742	6.332	6.498	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	30	8.234	7.692	17.669	7.848
Investimentos	12	2.401.704	1.797.313	53.288	46.892	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	43.801	42.344	43.801	42.344
Imobilizado	13	475.716	498.731	3.643.903	2.554.763	Provisão para passivo a descoberto	12	645	1.332	-	-
Intangível	14	241.578	262.872	361.144	391.586	Outros passivos	21	2.606	2.662	2.787	2.842
Total do ativo não circulante		<u>3.172.369</u>	<u>2.669.187</u>	<u>4.125.708</u>	<u>3.138.409</u>	Total do passivo não circulante		<u>312.899</u>	<u>490.278</u>	<u>1.365.604</u>	<u>956.086</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	22	2.620.650	1.671.910	2.620.650	1.671.910
						Reservas de Lucros	22	571.000	335.760	571.000	335.760
						Ajuste de avaliação patrimonial	22	12.324	60.161	12.324	60.161
								3.203.974	2.067.831	3.203.974	2.067.831
						Participação de não controladores		-	-	7	7
						Total do patrimônio líquido		3.203.974	2.067.831	3.203.981	2.067.838
TOTAL DO ATIVO		<u>3.834.080</u>	<u>2.903.344</u>	<u>4.962.422</u>	<u>3.431.917</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.834.080</u>	<u>2.903.344</u>	<u>4.962.422</u>	<u>3.431.917</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<b>RECEITA</b>					
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica	23	270.012	278.411	860.867	564.454
Receita líquida da prestação de serviços	23	13.440	10.289	1.016	600
Receita líquida da revenda de mercadorias	23	172	1.402	-	-
Receita líquida		<u>283.624</u>	<u>290.102</u>	<u>861.883</u>	<u>565.054</u>
<b>Custo do fornecimento de energia elétrica</b>					
Custo do fornecimento de energia elétrica	24.a)	(111.704)	(199.873)	(461.242)	(297.232)
Repactuação do risco hidrológico	24.a)	-	66.618	-	96.364
Custo dos serviços prestados	24.a)	(6.959)	(6.444)	(7.176)	(4.923)
Custo da revenda de mercadorias		(172)	(1.440)	-	(39)
LUCRO BRUTO		<u>164.789</u>	<u>148.963</u>	<u>393.465</u>	<u>359.224</u>
<b>Despesas financeiras</b>					
Gerais e administrativas	24.b)	(91.472)	(69.767)	(142.238)	(120.468)
Equivalência patrimonial	12	207.114	184.714	20.549	12.555
Dividendos auferidos	12	354	891	354	891
Outras (despesas) receitas	24.c)	13.070	(25.776)	19.907	(13.298)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>129.066</u>	<u>90.062</u>	<u>(101.428)</u>	<u>(120.320)</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Despesas financeiras	25	(64.750)	(60.763)	(70.404)	(61.328)
Receitas financeiras	25	52.759	15.389	86.657	34.020
Total do resultado financeiro		<u>(11.991)</u>	<u>(45.374)</u>	<u>16.253</u>	<u>(27.308)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		281.864	193.651	308.290	211.596
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26	(44.050)	(9.854)	(70.476)	(27.799)
LUCRO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		<u>237.814</u>	<u>183.797</u>	<u>237.814</u>	<u>183.797</u>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>					
Resultado proveniente de operações descontinuadas	8	-	(178)	-	(178)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>237.814</u>	<u>183.619</u>	<u>237.814</u>	<u>183.619</u>
<b>ATRIBUÍVEL A</b>					
Acionistas da controladora				237.814	183.619
Participação de não controladores				-	-
				<u>237.814</u>	<u>183.619</u>
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$</b>					
De operações continuadas		0,53523	0,60921		
De operações descontinuadas		-	(0,00059)		
	31	<u>0,53523</u>	<u>0,60862</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	237.814	183.619	237.814	183.619
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:				
Variação de investimentos ao valor justo	(47.837)	29.012	(47.837)	29.012
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	189.977	212.631	189.977	212.631
ATRIBUÍVEL A				
Acionistas da controladora	-	-	189.977	212.631
Participação de não controladores	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>189.977</u>	<u>212.631</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expresso em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		1.131.910	9.388	148.648	31.149	-	1.321.095	7	1.321.102
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	183.619	183.619	-	183.619
Aumento de capital	22.a)	540.000	-	-	-	-	540.000	-	540.000
Ajuste de avaliação patrimonial	11	-	-	-	29.012	-	29.012	-	29.012
Reversão de dividendos de exercícios anteriores	22.b)	-	-	2.827	-	-	2.827	-	2.827
Constituição de reserva legal		-	9.181	-	-	(9.181)	-	-	-
Destinação de dividendos obrigatórios	22.b)	-	-	-	-	(8.722)	(8.722)	-	(8.722)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	165.716	-	(165.716)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>1.671.910</u>	<u>18.569</u>	<u>317.191</u>	<u>60.161</u>	<u>-</u>	<u>2.067.831</u>	<u>7</u>	<u>2.067.838</u>
Aumento de capital	22.a)	948.740	-	-	-	-	948.740	-	948.740
Varição de investimentos a valor justo	11	-	-	-	(47.837)	-	(47.837)	-	(47.837)
Reversão de dividendos de exercícios anteriores	22.b)	-	-	8.722	-	-	8.722	-	8.722
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	237.814	237.814	-	237.814
Constituição de reserva legal		-	11.891	-	-	(11.891)	-	-	-
Destinação de dividendos obrigatórios	22.b)	-	-	-	-	(11.296)	(11.296)	-	(11.296)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	214.627	-	(214.627)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>2.620.650</u>	<u>30.460</u>	<u>540.540</u>	<u>12.324</u>	<u>-</u>	<u>3.203.974</u>	<u>7</u>	<u>3.203.981</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		281.864	193.651	308.290	211.596
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:					
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	9	(7.080)	-	(9.286)	(288)
Equivalência patrimonial	12	(207.114)	(184.714)	(20.549)	(12.555)
Outras movimentação em investimentos	12	6.498	-	6.498	-
Valor justo de propriedades para investimento	15	220	-	220	-
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	13 e 14	44	35.715	13.192	37.934
Repactuação do risco hidrológico	7 e 14	-	(66.618)	-	(96.364)
Depreciação e amortização	13 e 14	52.485	52.569	108.864	108.138
Encargos financeiros de debêntures, financiamentos e empréstimos	17	34.393	27.469	34.393	25.566
Encargos financeiros sobre concessões		16.494	-	16.494	-
Juros sobre arrendamento mercantil	25	502	854	928	1.286
Atualização monetária da provisão para remoção de imobilizado	13.a)	-	-	596	991
Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	30	542	(24.843)	9.821	(32.889)
Provisão (reversão) para perda de valor recuperável de ativos	13	-	(5.140)	-	4.019
Dividendos de investidas ao valor justo	11	(354)	(891)	(354)	(891)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber		11.881	(11.317)	(53.356)	(15.070)
Tributos a recuperar		3.972	807	442	405
Outras movimentações em ativos		(9.243)	(6.316)	(8.832)	(7.041)
Fornecedores		(696)	(91.324)	(3.160)	(91.232)
Salários e encargos sociais		743	4.515	790	4.762
Tributos a recolher		4.444	(281)	(17.140)	5.576
Outras movimentações em passivos		(14.034)	10.960	(17.920)	9.693
Encargos pagos de debêntures, financiamentos e empréstimos	17	(37.267)	(33.039)	(37.267)	(33.039)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(21.988)	-	(28.108)	(12.104)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>116.306</u>	<u>(97.943)</u>	<u>304.556</u>	<u>108.493</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aplicação financeira a longo prazo	9	(57.035)	-	(64.069)	(14.554)
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	13 e 14	(8.220)	(46.423)	(1.127.640)	(1.018.843)
Partes relacionadas	10	10.780	2.388	3.748	2.137
Redução (aumento) de capital em investidas	12	-	21.685	-	2.500
Dividendos recebidos	12	211.524	127.192	16.082	13.390
Caixa e equivalentes de caixa proveniente de incorporação de investida		-	452	-	452
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	12	(644.987)	(540.127)	-	-
Outras movimentações em investimentos		(13.003)	2.888	(6.498)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(500.941)</u>	<u>(431.945)</u>	<u>(1.178.377)</u>	<u>(1.014.918)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Aumento de capital recebido	22.a)	948.740	540.000	948.740	540.000
Captação de empréstimos e financiamentos	17	-	-	558.620	399.236
Pagamentos de financiamentos e debêntures - principal	17	(221.637)	(76.636)	(221.637)	(76.636)
Pagamentos de arrendamentos		(2.959)	-	(4.786)	-
Custos de empréstimos a apropriar	17	-	-	(9.374)	(5.417)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>724.144</u>	<u>463.364</u>	<u>1.271.563</u>	<u>857.183</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>339.509</u>	<u>(66.524)</u>	<u>397.742</u>	<u>(49.242)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	108.418	174.942	186.403	235.645
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	447.927	108.418	584.145	186.403
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>339.509</u>	<u>(66.524)</u>	<u>397.742</u>	<u>(49.242)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
RECEITAS	23	316.058	324.093	933.803	607.541
Venda de energia elétrica		300.463	310.237	930.597	606.549
Venda de serviços		15.358	11.757	1.254	716
Outras receitas		237	2.099	1.952	276
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(81.991)	(130.945)	(410.777)	(170.248)
Custo da geração de energia	24.a)	(64.405)	(152.088)	(357.391)	(194.048)
Repactuação do risco hidrológico	24.a)	-	66.618	-	96.364
Custo dos serviços prestados	24.a)	(21)	(351)	(1.686)	(1.264)
Despesas gerais e administrativas	24.b)	(29.725)	(19.348)	(75.709)	(58.003)
Outros resultados operacionais	24.c)	12.160	(25.776)	24.009	(13.297)
VALOR ADICIONADO BRUTO		234.067	193.148	523.026	437.293
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	13 e 14	(52.485)	(52.569)	(108.864)	(108.138)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		181.582	140.579	414.162	329.155
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		260.227	200.902	107.560	47.288
Resultado de equivalência patrimonial	12	207.114	184.714	20.549	12.555
Receitas financeiras	25	52.759	15.475	86.657	34.020
Resultado das operações descontinuadas	8	-	(178)	-	(178)
Dividendos auferidos	11	354	891	354	891
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		441.809	341.481	521.722	376.443
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:		50.367	43.332	56.939	49.969
Remuneração direta		39.019	33.906	43.665	39.217
Benefícios		8.013	6.919	9.600	8.009
FGTS		3.335	2.507	3.674	2.743
Impostos, taxas e contribuições:		87.377	52.968	154.985	80.386
Federais		86.837	51.698	154.849	79.737
Estaduais		43	891	-	544
Municipais		497	379	136	105
Remuneração de capitais de terceiros:		66.251	61.562	71.984	62.469
Juros	25	45.131	30.058	45.954	30.570
Aluguéis	24.b)	1.501	714	1.580	1.141
Despesa financeira - uso do bem público	25	16.494	27.206	16.494	27.206
Outras despesas financeiras	25	3.125	3.584	7.956	3.552
Remuneração de capitais próprios:		237.814	183.619	237.814	183.619
Reservas de lucros		226.518	174.897	226.518	174.897
Lucros destinados		11.296	8.722	11.296	8.722
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		441.809	341.481	521.722	376.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Companhia”, “Statkraft” ou “SKER”), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede social em Florianópolis, Santa Catarina, tem por atividade principal a geração de energia, a participação no capital social de empresas nas áreas de geração de energia elétrica, além da implementação e operação de projetos de energia renovável. A Companhia e suas subsidiárias (“Grupo” ou “Grupo Statkraft”) possuem ativos em operação que atuam na geração de energia eólica e hídrica, compreendendo uma capacidade instalada total de 477,81 MW, dos quais 449,31 MW se referem aos ativos anteriormente em operação, e 28,50 MW referentes à controlada Oslo II do projeto VSE que entrou em operação em dezembro de 2022. No dia 4 de janeiro de 2021 a Companhia iniciou a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia, sendo que, conforme mencionado anteriormente, 28,50 MW já entraram em operação em dezembro de 2022 e o restante entrará em operação de forma gradual até outubro de 2023. Adicionalmente, na data de 30 de maio de 2022, se deu o início das atividades de construção do Projeto Eólico Morro do Cruzeiro, com capacidade instalada de 79,8 MW, cuja entrada em operação está prevista para fevereiro de 2024.

Os principais eventos societários e operacionais da Companhia podem ser destacados como:

#### a) Construção de parques eólicos - Complexo de Ventos de Santa Eugênia (518,7 MW)

Em 18 de outubro de 2019, a Companhia participou do 30º Leilão de Energia Nova (Leilão A-6 de 2019) e sagrou-se vencedora com dez projetos eólicos de Ventos de Santa Eugênia e o projeto eólico Serra de Mangabeira, com capacidade instalada total prevista de 300 MW e 75,6 MW, respectivamente. Os onze projetos vencedores tiveram parte da energia vendida às nove distribuidoras de energia elétrica que adquiriram energia nesse certame. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,3 MW médios e Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, com prazo contratual de 20 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2025, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). Como estratégia, a Statkraft comercializará a energia remanescente dos projetos no mercado livre.

Posteriormente à emissão das Outorgas, foram realizados processos de alteração de características técnicas junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o objetivo de adequar as Outorgas à realidade dos projetos. Sendo assim, após essa operação, os dez projetos de Ventos de Santa Eugênia totalizam 342 MW e Serra da Mangabeira possui 79,8 MW, refletindo as características técnicas que serão efetivamente construídas.

Adicionalmente, três projetos eólicos pertencentes ao Complexo de Ventos de Santa Eugênia somando 96,9MW de capacidade instalada, negociaram a totalidade de sua energia no Ambiente de Contratação Livre e obtiveram suas outorgas publicadas pela ANEEL. Nesse sentido, o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia e Serra da Mangabeira é composto por 14 usinas, totalizando 518,7 MW de capacidade instalada.

Para viabilizar os projetos eólicos supracitados, foram constituídas dez Companhias, que conterão os 14 ativos de geração eólica, bem como os respectivos financiamentos necessários à sua construção.

Em 4 de janeiro de 2021, a Companhia iniciou a construção do parque eólico. A previsão orçamentária estima investimentos no montante de R\$ 2.752.500 (P50 nominal), para os quais a Companhia estabeleceu uma estrutura de capital considerando capital próprio e de terceiros para financiamento. A construção encontra-se em andamento e o início da operação das usinas será em etapas, sendo que em dezembro de 2022 foi iniciada a operação comercial dos dois primeiros parques do complexo, detidos pela entidade Oslo II. A operação comercial do último parque está prevista para Outubro de 2023.

b) Construção de parques eólicos - Complexo Morro do Cruzeiro (79,8 MW):

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia participou do 35º Leilão de Energia Nova A-5 com dois projetos eólicos do complexo Morro do Cruzeiro, localizado no município de Brotas de Macaúbas no estado da Bahia. Possui capacidade instalada total de 79,8 MW e é composto por 14 turbinas. Como resultado do leilão, os projetos citados acima foram vencedores e tiveram 30% da energia vendida à distribuidoras de energia por meio de contratos fechados no ambiente regulado (CCEAR), com prazo contratual de 15 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2026, de acordo com as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). Como estratégia, a Statkraft comercializará a energia remanescente dos projetos no mercado livre.

Em 15 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia aprovou o início da construção dos projetos Morro do Cruzeiro I e II. A previsão orçamentária é de R\$606.700 (P50 nominal), para os quais a Companhia estabeleceu uma estrutura de capital considerando capital próprio e de terceiros para financiamento.

A construção iniciou em 30 de maio de 2022 e a estimativa é que as primeiras turbinas eólicas comecem a operar em fevereiro de 2024.

Foram constituídas duas entidades legais para as quais serão direcionados os ativos de geração eólica dos projetos de complexo Morro do Cruzeiro, bem como os respectivos financiamentos necessários à sua construção.

c) Incorporação Enex O&M:

Em 2016, a subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. teve suas atividades descontinuadas, as quais compreendiam prestação de serviços de O&M à terceiros, de forma a se adequar ao “core business” do Grupo Statkraft. Visando otimizar o desempenho financeiro e administrativo da Companhia, em 15 de dezembro de 2021, foi aprovada sua incorporação nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a Enex foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. O patrimônio líquido da Enex na data base do laudo de incorporação e com base no valor contábil, representava o montante de R\$1.813. Para atendimento dos requisitos legais, a Companhia contratou uma empresa especializada para emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido com data de 30 de novembro de 2021, de acordo com as normas contábeis vigentes. Os montantes dos ativos e passivos incorporados estão descritos na nota explicativa nº 8.

d) Extensão das autorizações baseada no COD (“Commercial Operation Date”):

Em 2 de março de 2021, foi publicada a Lei nº 14.120, que incluiu a possibilidade de ajuste do prazo das outorgas de autorização para geração que (i) possuíam prazo de 30 (trinta) anos de outorga, (ii) entraram em operação antes de 1º de setembro de 2020, e (iii) não tenham sido objeto de penalidade por descumprimento do cronograma de implantação. No caso de atendimento a esses critérios, o prazo de 30 (trinta) anos das respectivas outorgas é contado a

partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, refletindo numa extensão do período total de outorga para as usinas elegíveis.

Em 21 de julho de 2021, a Statkraft pleiteou à ANEEL o reconhecimento do atendimento aos critérios estabelecidos para a referida extensão do prazo de outorga, haja vista o enquadramento das usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa II, PCH Moinho e PCH Passos Maia nos requisitos estabelecidos na Lei.

Em 23 de fevereiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022, que ajustou o prazo das usinas supracitadas, representando uma extensão nos períodos de Outorga (chamada “Extensão por COD”) de:

	<u>Extensão por COD (anos)</u>
PCH Moinho	3,18
PCH Esmeralda	5
PCH Santa Laura	7,02
PCH Santa Rosa	7,07
PCH Passos Maia	7,97

Decorrente desta extensão, a Companhia incrementou prospectivamente o prazo de vida útil dos ativos gerando uma redução no montante de depreciação e no valor residual indenizável dos ativos no final da autorização das usinas.

#### e) Revisão Ordinária de Garantia Física

Em 2022 foi realizada a Revisão Ordinária de Garantia Física (ROGF 2022) conduzida pelo MME – Ministério de Minas e Energia. Como impacto dessa revisão, o Grupo teve a garantia física da usina UHE Monjolinho reduzida de 41,7 MW médios para 39,7 MW médios. A publicação dos resultados foi divulgada via Portaria MME nº 709/ e os seus efeitos são válidos a partir 1º de janeiro de 2023.

##### 1.1. Participações societárias

A Companhia possui participação societária nas seguintes companhias:

Companhia	Tipo	Participação Societária	
		2022	2021
<u>Eólicas operacionais</u>			
Energen Energias Renováveis S.A. (“Energen”)	(a) Controlada direta	99,99%	99,99%
Macaúbas Energética S.A. (“Macaúbas”)	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%
Novo Horizonte Energética S.A. (“Novo Horizonte”)	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%
Seabra Energética S.A. (“Seabra”)	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo II S.A.	(f) Controlada direta	100,00%	100,00%
<u>Eólicas não operacionais</u>			
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A. (“Santa Eugênia”)	(f) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo I S.A.	(f) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo III S.A.	(f) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo IV S.A.	(f) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo V S.A.	(f) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo VI S.A.	(f) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo VII S.A.	(f) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo VIII S.A.	(f) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo IX S.A.	(f) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo X S.A.	(f) Controlada direta	100,00%	100,00%

Companhia	Tipo	Participação Societária	
		2022	2021
Serra da Mangabeira S.A.	(f) Controlada direta	100,00%	100,00%
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A. ("São Vitorino")	(e) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XI S.A.	(e) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XII S.A.	(e) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XIII S.A.	(e) Controlada direta	100,00%	100,00%
Oslo XIV S.A.	(e) Controlada direta	100,00%	100,00%
Morro do Cruzeiro I S.A.	(g) Controlada direta	100,00%	100,00%
Morro do Cruzeiro II S.A.	(g) Controlada direta	100,00%	100,00%
<u>Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)</u>			
Esmeralda S.A. ("Esmeralda")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Laura S.A. ("Santa Laura")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Rosa S.A. ("Santa Rosa")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%
Moinho S.A. ("Moinho")	(c) Controlada direta	100,00%	100,00%
Santa Fé Energia S.A. ("Santa Fé")	(c) Controlada direta	100,00%	100,00%
Passos Maia Energética S.A. ("Passos Maia")	(c) Controlada em conjunto	50,00%	50,00%
<u>Usinas Hidrelétricas de grande porte (UHE)</u>			
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. ("Cubatão")	(i) Coligada	20,00%	20,00%
Ceran - Companhia Energética Rio das Antas ("Ceran")	(i) Coligada	5,00%	5,00%
Dona Francisca Energética S.A. ("Dfesa")	(d) Outras participações	2,12%	2,12%
<u>Comercialização de energia elétrica</u>			
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	(h) Controlada direta	100,00%	100,00%

- (a) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parques eólicos específicos, localizado no Estados da Bahia e do Sergipe. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2009 ("LER 2/2009").
- (b) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos têm toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.
- (c) Referem-se a controladas diretas e controlada em conjunto da Companhia, respectivamente, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina, respectivamente, atuando sobre o regime de autorização.
- (d) Referem-se a investimentos sem influência significativa, os quais são registrados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- (e) Referem-se a controladas diretas com projetos "greenfield" do segmento eólico em fase de desenvolvimento.
- (f) Companhias constituídas para viabilização do projeto Ventos de Santa Eugênia, por meio do qual a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-6) que ocorreu em 18 de outubro de 2019.
- (g) Companhias constituídas para viabilização do projeto Morro do Cruzeiro, por meio do qual a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Energia Nova (A-5) que ocorreu em 30 de setembro de 2021.
- (h) Controlada direta com atividade principal de comercialização de energia elétrica no âmbito do mercado brasileiro e/ou de outros países.
- (i) Refere-se a investimentos em coligada, com influência significativa, registrado pelo método de equivalência patrimonial, conforme nota explicativa nº 10 e 12.

## 1.2. Principais características dos empreendimentos de geração

A seguir encontram-se detalhes sobre as geradoras controladas, controlada em conjunto e empreendimentos minoritários do Grupo:

Usina	Contratos	Portaria MME/Resolução ANEEL	Prazo de autorização	Fim do período de concessão*	Capacidade de produção instalada MW	Participação da Statkraft MW na capacidade de produção instalada	Garantia física MW médio
<b>Eólicas (“EOL”):</b>							
EOL Barra dos Coqueiros (Energen)	LER 2/2009	Portaria MME nº 617/2010	35 anos	jul-45	34,50	34,50	10,5
EOL Macaúbas	LER 2/2009	Portaria MME nº 580/2010	35 anos	jun-45	35,07	35,07	13,4
EOL Novo Horizonte	LER 2/2009	Portaria MME nº 673/2010	35 anos	jun-45	30,06	30,06	10,97
EOL Seabra	LER 2/2009	Portaria MME nº 671/2010	35 anos	jun-45	30,06	30,06	11,33
EOL VSE 02 (Oslo II)	LEN 004/2019	Portaria MME 105/2020	35 anos	Mar/55	11,40	11,40	4,80
EOL VSE 07 (Oslo II)	LEN 004/2019	Portaria MME 105/2020	35 anos	Mar/55	17,10	17,10	7,30
<b>Hídricas:</b>							
PCH Esmeralda	PROINFA	Res. ANEEL nº 605/2001	30 anos	ago-38	22,20	22,20	12,32
PCH Santa Laura	PROINFA	Res. ANEEL nº 379/2000	30 anos	mar-39	15,00	15,00	7,99
PCH Santa Rosa	PROINFA	Res. ANEEL nº 197/2001	30 anos	fev-40	30,00	30,00	17,07
PCH Moinho	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 1.451/2008	30 anos	set-47	13,70	13,70	6,98
PCH Victor Batista Adami (Passos Maia)	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 68/2004	30 anos	dez-45	25,00	12,50	13,7
UHE Monel Monjolinho (SKER)	LEN 4/2006	Contrato de Concessão nº 18/2002	35 anos	abr-43	74,00	74,00	39,70
UHE Suíça (SKER)	EDP Com.	Contrato de Concessão nº 1/2014	30 anos	fev-27	35,34	35,34	21,61
PCH Viçosa (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 111/1999	30 anos	out-30	4,50	4,50	2,52
PCH São João (SKER)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 110/1999	30 anos	out-30	25,00	25,00	12,95
PCH Alegre (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	mai-27	2,06	2,06	1,16
PCH Fruteiras (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	abr-26	8,74	8,74	5,56
PCH Jucu (SKER)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jun-26	4,84	4,84	2,62
PCH Rio Bonito (SKER)	CBR - ESCELSA/ CCEAR <sup>(1)</sup>	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	jun-26	22,50	22,50	9,4
PCH Francisco Gros (Santa Fé)	CCEAR	Res. ANEEL nº 482/2001	30 anos	set-33	29,00	29,00	15,58
UHE Monte Claro (CERAN)	CPFL/SKER /CCEAR/ CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	nov-39	130	6,50	69
UHE Castro Alves (CERAN)	CPFL/SKER /CCEAR/ CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	out-39	130	6,50	64
UHE 14 de Julho (CERAN)	CPFL/SKER/CCEAR/ CCEAL	Contrato de Concessão nº 8/2001	35 anos	nov-39	100	5,00	50
UHE Dona Francisca		Contrato de Concessão nº 188/1998	35 anos	set-37	125	2,254	80

<sup>1</sup> A PCH Rio Bonito possui contrato bilateral regulado (“CBR”) firmado com a contraparte Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (“ESCELSA”) e também transações formalizadas por Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”) firmado com diversas distribuidoras.

\* Prazo de concessão considerando a extensão aderida pela repactuação do risco hidrológico em 2021 e extensão baseada no COD conforme mencionado na nota explicativa nº 1.d).

### 1.3. Impactos do COVID-19 nas informações financeiras

A Companhia e suas subsidiárias continuam tomando as medidas preventivas necessárias e mitigando os riscos com base nas diretrizes nacionais e internacionais da Organização Mundial da Saúde. O Grupo se mantém operando com todas as suas usinas e parques eólicos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional. Neste cenário, podemos destacar as avaliações abaixo:

- A receita líquida consolidada auferida no exercício de 2022 no montante de R\$861.883 superou em 52% a realizada no mesmo período do ano anterior (R\$565.054).
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas.
- Não houve inadimplência de clientes e nem perdas de contratos.
- Recorremos a diferimentos no pagamento de impostos e tributos de acordo com as Medidas Provisórias liberadas pelo Governo (Federal, Estadual e Municipal).
- Durante as operações do exercício de 2022, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos decorrentes do cenário da pandemia que requeiram ajustes ou divulgações adicionais nessas demonstrações financeiras.

Em 2022 a Companhia retomou suas atividades administrativas nos escritórios, em um sistema híbrido, que consiste em até dois dias trabalhando em casa e no mínimo três dias presencialmente nos escritórios da Companhia, observando todos os cuidados sanitários para manter a segurança de seus colaboradores.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem a necessidade de ajustes adicionais às suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 relacionados a “impairment” de ativos ou descontinuidade operacional. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 13 de março de 2023.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

### 2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As premissas para estas estimativas

estão divulgadas na Nota 3.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

## 2.2. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as *IFRSs*.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.3. Demonstração dos fluxos de caixa

Foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 92 de 20 de maio de 2022, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## 2.4. Consolidação

As seguintes definições ligadas às políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

O procedimento de consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas,

ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Os principais saldos eliminados na consolidação são as receitas e custos de O&M (operação e manutenção) prestados pela controladora às suas controladas, saldos de contas a receber e pagar entre as empresas consolidadas, saldos de mútuos, saldos de investimentos contabilização por meio de equivalência patrimonial na controladora, e os patrimônios líquidos das controladas.

As práticas contábeis adotadas para controladora e suas subsidiárias são consistentes em todos os exercícios apresentados.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Coligadas e controladas em conjunto

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

(d) Combinação de negócios

É o método contábil aplicado quando há ocorrência de aquisição de um negócio, conforme definição do CPC 15 Combinação de Negócios. Em uma combinação de negócios é requerido que os ativos identificáveis e passivos assumidos sejam mensurados ao seu valor justo à data da aquisição de controle, e que o preço de compra seja alocado conforme esta mensuração. Os valores justos de ativos excedentes aos valores de livro são classificados como "mais valia" no grupo de investimentos para fins da controladora, enquanto o valor não alocado pela mensuração dos ativos e passivos ao valor justo é classificado como "ágio".

2.5. Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.6. Apresentações de informações por segmentos

O grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita do Grupo nos anos de 2022 e 2021.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco

insignificante de mudança de valor.

## 2.8. Ativos financeiros

### Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

#### (a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

#### (b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, com a finalidade tanto de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e também ativos que deem origem em datas especificadas à pagamentos de principal e juros.

#### (c) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos mantidos para negociação, ativos que possuem fluxo de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros, independente do modelo de negócios, assim como aqueles que são designados ou obrigatoriamente reconhecidos inicialmente ao valor justo por meio do resultado são assim mantidos pela Companhia.

### Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

O Grupo baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se o Grupo não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que o Grupo pode ter que pagar. Se o Grupo retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, o Grupo continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado. Adicionalmente, na baixa de um investimento em um instrumento da dívida classificado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda acumulada

anteriormente acumulada na reserva de reavaliação de investimentos é reclassificado para o resultado. Por outro lado, na baixa de um investimento em um instrumento patrimonial que o Grupo optou no reconhecimento inicial por mensurar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou perda acumulado anteriormente acumulado na reserva de reavaliação de investimentos não é reclassificado para o resultado, mas é transferido para lucros acumulados.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

As variações decorrentes dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente são apresentadas na demonstração de resultado abrangente do período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Impairment de ativos financeiros

##### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado do modelo de perdas de crédito esperadas baseado no aumento significativo do risco de crédito considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em caso de evidência objetiva de *impairment*, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período

subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício são avaliadas periodicamente conforme estimativa de perdas de crédito esperadas para cada ativo financeiro.

#### 2.9. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), se aplicável.

#### 2.10. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo valor justo.

#### 2.11. Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados *pro rata temporis* ao longo do prazo de cobertura.

As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

#### 2.12. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados limitadas ao prazo de concessão ou da autorização para as usinas eólicas e a vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) para as usinas hídricas, conforme detalhado na nota 3.1.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação

com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

#### 2.13. Intangível

##### (a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

##### (b) Uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

#### 2.14. Propriedades para investimento

O saldo apresentado no grupo de "propriedades para investimento" representa o valor justo dos investimentos realizados em terras pela Companhia. Anualmente, a Companhia efetua a avaliação destes valores justos, que são ajustados contra o resultado caso diferenças sejam identificadas em relação à avaliação do ano anterior.

#### 2.15. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## 2.16. Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e debêntures tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos e debêntures tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

## 2.17. Concessões a pagar

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado, atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

## 2.18. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

## 2.19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

### Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### (a) Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, geralmente são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

#### (b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

A Companhia e sua controlada Statkraft Comercialização de Energia S.A. se enquadram no regime do lucro real, enquanto as demais controladas aplicam o regime do lucro presumido.

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

#### 2.20. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

#### 2.21. Capital Social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

## 2.22. Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

## 2.23. Reconhecimento da receita

### (a) Venda de energia elétrica

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado quando a transferência de riscos e benefícios sobre a energia contratada se estabelece. Para as usinas que não fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, essa transferência se dá conforme a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN – Sistema Integrado Nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE, a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (*Generation Scalling Factor*), que reduz a garantia física das usinas, e, por consequência, suas receitas.

Os contratos negociados no ambiente de contratação livre (ACL), firmam a venda de energia elétrica por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes através de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo de acordo com a estratégia interna do Grupo.

Os contratos negociados no ambiente de contratação regulado (ACR), transacionam as vendas de energia elétrica por meio de leilão com preços e volumes já estipulados também via contratos bilaterais, podendo ter periodicidade de curto e longo prazo. Para as usinas com contratos regulados, a não geração do volume contratado obriga as mesmas a realizar a compra do respectivo volume para cumprimento do contrato regulado.

### (b) Venda da prestação de serviços de O&M - Operação e Manutenção

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, a depender da natureza de cada serviço prestado.

## 2.24. Benefícios a empregados

### (a) Participação nos lucros e bônus

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período.

O pagamento de participação nos lucros e bônus constitui a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

## 2.25. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

O Grupo avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

### 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### 3.1. *Estimativas e premissas contábeis críticas*

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

##### a) Vida útil do ativo imobilizado

O Grupo estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

##### b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

O Grupo realiza, a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

- (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos por meio da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado” e “Intangível”.

##### c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

e) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que geram tais prejuízos.

g) Mútuo passivo entre partes relacionadas

A classificação do mútuo passivo com partes relacionadas leva em consideração a interpretação da Companhia em relação às características, condições, documentação, regras e ritos de governança estabelecidos para a realização desse tipo de operação.

A Companhia mantém registrado o valor de R\$66.797, correspondente a passivo de mútuo com partes relacionadas. A natureza de tal obrigação vem sendo contestada por acionista não controlador que não reconhece a existência de uma obrigação contratual de entrega de caixa por parte da Companhia. O assunto está em processo de arbitragem entre as partes e, na data das demonstrações financeiras, consistiu, portanto, em um julgamento crítico da administração que concluiu, com base em pareceres jurídicos obtidos, que a classificação mais adequada, na data das demonstrações financeiras, seria o registro como passivo.

#### 4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

A relação dívida líquida / patrimônio líquido é verificada conforme segue:

	Controladora	
	31.12.2022	31.12.2021
Total dos financiamentos	337.165	558.813
(-) caixa e equivalentes de caixa	(447.927)	(108.418)

(-) aplicação financeira restrita	(64.115)	-
Dívida líquida (sobra de liquidez)	(174.877)	450.395
Total do patrimônio líquido	3.203.974	2.067.831
Índice de alavancagem financeira - %	-	21,78

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Total dos financiamentos	1.349.015	970.974
(-) caixa e equivalentes de caixa	(584.145)	(186.403)
(-) aplicação financeira restrita	(88.197)	(14.842)
Dívida líquida	676.673	769.729
Total do patrimônio líquido	3.203.981	2.067.838
Índice de alavancagem financeira - %	21,12	37,22

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Contas bancárias em moeda funcional	98	473	365	819
Aplicações financeiras com liquidez imediata	447.829	107.945	583.780	185.584
	447.927	108.418	584.145	186.403

A Companhia acumula volume de caixa e equivalentes de caixa decorrente à postergação de marcos na construção dos projetos Morro do Cruzeiro e Ventos de Santa Eugênia. Esta disponibilidade será consumida à medida que os compromissos contratuais forem realizados.

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Operações Compromissadas, com rentabilidade média de 101,08% para a controladora e de 100,69% para o consolidado, referenciada no CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições ou risco de alterações significativas em seus valores justos.

## 6. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fornecimento de energia elétrica	(i)	28.523	23.404	95.986	54.097
Saldo de mercado de curto prazo	(ii)	-	1.986	3.671	4.032
Geração excedente aos contratos CER	(iii)	-	-	31.777	19.263
Contas a receber partes relacionadas	(iv)	42.208	19.222	1.272	1.958
<b>Total</b>		<b>70.731</b>	<b>44.612</b>	<b>132.706</b>	<b>79.350</b>
Ativo circulante		70.731	44.612	107.372	61.926
Ativo não circulante		-	-	25.334	17.424

- (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, dos contratos regulados e contratos bilaterais, das operações de venda de energia da controlada SKERCOM e outros contratos, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo.
- (iii) Saldo mantido no ativo não circulante referente ao excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos em operação do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses.
- (iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas referente a venda de energia e saldos a receber decorrente de redução de capital, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto com vencimento médio de 28 dias.

## 7. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Por conta do período de hidrologia adverso de 2015, em 11 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em 17 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela adesão à proposta para as PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa II, todas contratadas no âmbito do PROINFA. A classe de produto optado foi o SP100 que transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

As usinas PCH Jucu, PCH Rio Bonito, PCH São João protegendo-se de 94% e a PCH Francisco Gros protegendo-se 92% da exposição do GSF, também aderiram às condições de repactuação do risco hidrológico. Os saldos que representam essa repactuação podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante	853	778	1.063	970
Ativo não circulante	150	1.003	1.635	2.698
	<b>1.003</b>	<b>1.781</b>	<b>2.698</b>	<b>3.668</b>

Em 8 de setembro de 2020, foi aprovada a Lei 14.052 que regulamenta novas condições de repactuação do risco hidrológico para o ressarcimento às usinas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito – GFOM, dentre outros fatores. Em consonância com a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia realizada, em 2021 as usinas detentoras de concessão de geração de energia hidrelétrica do Grupo aderiram à repactuação do risco hidrológico que trata a lei 14.052/2020. Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 12.255 de 2022, contemplando as extensões dos prazos de vigência das outorgas de concessão das UHEs Monjolinho e Suíça, bem como das PCHs Rio Bonito, Alegre, Fruteiras e Jucu. A partir disso, em dezembro de 2022, foram celebrados os aditivos contratuais dessas usinas, formalizando as respectivas extensões dos prazos de outorga. Para as demais usinas hidrelétricas da Statkraft, sob regime de autorização, resta pendente a publicação da homologação das extensões pela ANEEL.

Em 30 de setembro de 2021, foi reconhecido o ativo intangível correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica de custos operacionais (Repactuação do risco hidrológico), na demonstração do resultado, conforme valores demonstrados no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
PCH Alegre	1.036	1.036
PCH Fruteiras	2.131	2.131
PCH Jucu	1.233	1.233
UHE Monel	33.393	33.393
PCH Rio Bonito	4.488	4.488
PCH São João	6.466	6.466
UHE Suíça	16.621	16.621
PCH Viçosa	1.250	1.250
PCH Santa Rosa	-	8.003
PCH Santa Laura	-	3.537
PCH Moinho	-	5.074
PCH Esmeralda	-	5.360
PCH Francisco Gros	-	7.772
	<u>66.618</u>	<u>96.364</u>

A extensão das outorgas garantida por lei para cada usina pode ser assim apresentada:

	<u>Extensão Garantida por lei (anos)</u>
UHE Monjolinho	5,94
UHE Suíça	1,58
PCH Esmeralda	1,65
PCH Santa Laura	1,46
PCH Santa Rosa	1,67
PCH Moinho	5,97
PCH Passos Maia	3,81
PCH Alegre	1,85
PCH Fruteiras	0,76
PCH Jucu	0,93
PCH Rio Bonito	0,95
PCH Francisco Gross	1,85
PCH São João	1,45
PCH Viçosa	1,43

No mesmo momento, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$22.650 para as usinas pertencentes à forma de tributação do lucro real, em virtude da diferença temporária estabelecida. Esses valores são realizados a medida da amortização do ativo intangível e em 31 de dezembro de 2022 seu saldo compreende o montante de R\$19.498 (R\$ 22.020 em 31 de dezembro de 2021), conforme demonstrado na nota explicativa nº 26 (b). Adicionalmente, a controlada em conjunto Passos Maia reconheceu um ativo intangível e respectiva recuperação de custo no montante de R\$10.439 nas mesmas tratativas, impactando, portanto, o resultado da Companhia por meio da equivalência patrimonial deste investimento.

## 8. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

O Grupo Statkraft não possui como objetivo a prestação de serviços a terceiros, sendo o foco deste apenas geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis. Neste sentido, a Companhia entendeu por bem realizar a cessão dos contratos de Operação e Manutenção da subsidiária Enex a terceiros (sob anuência de seus clientes), a fim de que as atividades de operação e manutenção passassem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após processo seletivo, foi firmado em 20 de dezembro de 2016 contrato com empresa do setor, contemplando a: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Companhia para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a Enex a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.

Em 15 de dezembro de 2021, a subsidiária Enex foi incorporada à Companhia conforme laudo de avaliação de empresa independente com data base de 30 de novembro de 2021. O patrimônio líquido da Enex na data da incorporação com base no valor contábil representava o montante de R\$1.813. Os ativos e passivos líquidos avaliados estão apresentados como segue:

### ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	452
Tributos a recuperar	2.302
Depósitos judiciais	1.901
Ativo total	<u>4.655</u>

### PASSIVO

Fornecedores	10
Partes relacionadas	300
Salários e encargos sociais	8
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	2.521
Outros passivos	3
Passivo total	<u>2.842</u>

Total de ativos incorporados e passivos assumidos	<u><u>1.813</u></u>
---	---------------------

## 9. APLICAÇÃO FINANCEIRA RESTRITA

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) para o custeio das obras das usinas eólicas das controladas pertencentes ao projeto Ventos de Santa Eugênia (vide nota explicativa nº 1.1), tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada “conta reserva”, que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas de forma prévia baseadas na taxa média de 2,26% sobre o valor desembolsado até o referido período e limitado a um valor fixo determinado por Companhia, mantido por todo o prazo do financiamento. A rentabilidade está referenciada no CDI.

Adicionalmente, nesta rubrica está apresentado o saldo de aplicação financeira restrita da Companhia mantido em decorrência do mútuo com a acionista Statkraft Investimentos Ltda., conforme mencionado na nota explicativa nº 10 (vi).

As movimentações das aplicações financeiras restritas podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
No início do exercício	-	-	14.842	-
Aplicação	57.035	-	64.069	14.554
Rendimentos líquidos de impostos	7.080	-	9.286	288
No final do exercício	<u>64.115</u>	<u>-</u>	<u>88.197</u>	<u>14.842</u>
Apresentadas como:				
Ativo circulante	64.115	-	64.115	-
Ativo não circulante	-	-	24.082	14.842

## 10. PARTES RELACIONADAS

As operações são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante					
Contas a receber					
Energen Energias Renováveis S.A.	(i)	116	43	-	-
Esmeralda S.A.	(i)	5.651	2.039	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(i)	4.297	3.017	-	-
Moinho S.A.	(i)	41	2.651	-	-
Morro do Cruzeiro I	(i)	195	-	-	-
Morro do Cruzeiro II	(i)	71	-	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	5.802	347	-	-
Oslo III S.A.	(i)	358	3.968	-	-
Oslo VI S.A.	(i)	-	1	-	-
Oslo VII S.A.	(i)	51	62	-	-
Passos Maia Energética S.A.	(i)	40	1.290	315	1.406
Santa Laura S.A.	(i)	3.122	2.041	-	-
Santa Rosa S.A.	(i)	15.635	2.042	-	-
Seabra Energética S.A.	(i)	4.812	78	-	-
Santa Fé Energia S.A.	(i)	104	77	-	-
Ventos de Santa Eugênia S.A.	(i)	228	228	-	-
Ventos de São Vitorino S.A.	(i)	804	786	-	-
Statkraft Comercialização de Energia	(iii)	-	-	-	-
Statkraft Investimentos Ltda	(ii)	7	9	7	9
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ii)	314	333	390	333
Statkraft AS	(ii)	161	-	161	-
NSL Tidong Power Generation	(ii)	13	15	13	15
Statkraft Chile Inversiones Electricas Ltda	(ii)	332	195	332	195
Statkraft Peru SA	(ii)	54	-	54	-
		<u>42.208</u>	<u>19.222</u>	<u>1.272</u>	<u>1.958</u>
Dividendos a receber					
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas		11.537	-	11.537	-
Esmeralda S.A.		9.238	8.784	-	-
Macaúbas Energética S.A.		2.962	2.340	-	-
Moinho S.A.		1.497	5.663	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.		4.129	3.346	-	-
Oslo I S.A.		371	-	-	-



- (vii) Saldo de mútuo devido pela Companhia à acionista Statkraft Investimentos Ltda., com prazo indeterminado e juros remuneratórios vinculados ao CDI. A liquidação deste mútuo está sendo avaliada pelos acionistas representantes dessas companhias.
- (viii) Saldo a pagar referente a prestação de serviços compartilhados com partes relacionadas no Brasil.
- (ix) Saldo a pagar referente a operações de compra de energia como estratégia comercial.

A seguir, as transações ocorridas no resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receita de serviços com partes relacionadas				
Energen Energias Renováveis S.A.	1.330	1.692	-	-
Esmeralda S.A.	1.594	1.160	-	-
Macaúbas Energética S.A.	3.509	2.879	-	-
Moinho S.A.	975	1.033	-	-
Morro do Cruzeiro I	685	-	-	-
Morro do Cruzeiro II	45	-	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	3.532	2.514	-	-
Oslo III S.A.	2.588	10.709	-	-
Oslo VI S.A.	-	1	-	-
Passos Maia Energética S.A.	1.627	1.021	1.627	1.021
Santa Laura S.A.	1.307	1.054	-	-
Santa Rosa S.A.	1.813	1.481	-	-
Seabra Energética S.A.	3.491	2.477	-	-
Santa Fé Energia S.A.	1.302	2.810	-	-
Ventos de São Vitorino S.A.	103	1.214	-	-
Statkraft Investimentos Ltda	127	117	127	117
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	37	142	37	142
Statkraft AS	233	-	233	-
Statkraft Chile Inversiones Electricas Ltda	11	-	11	-
Statkraft Peru SA	642	-	642	-
	<u>24.951</u>	<u>30.304</u>	<u>2.677</u>	<u>1.280</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receita na revenda de mercadorias				
Macaúbas Energética S.A.	152	911	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	77	591	-	-
Seabra Energética S.A.	8	425	-	-
	<u>237</u>	<u>1.927</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receita na venda de energia elétrica				
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	1.913	23.106	1.913	23.106
Moinho S.A.	72	246	-	-
Statkraft Comercialização de Energia	6.625	-	-	-
Santa Fé Energia S.A.	8	-	794	-
	<u>8.618</u>	<u>23.352</u>	<u>2.707</u>	<u>23.106</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Custo na compra de energia elétrica				
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(15.127)	(85.957)	(15.127)	(85.957)
Statkraft Comercialização de Energia	(7.417)	-	-	-
Passos Maia Energética S.A.	-	-	(919)	-
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	(5.988)	-	(5.988)	-
Dona Francisca Energética S.A.	(1.470)	-	(1.470)	-
	<u>(30.002)</u>	<u>(85.957)</u>	<u>(23.504)</u>	<u>(85.957)</u>

As transações acima referem-se a receitas de O&M, compartilhamento de custos, revenda de materiais de estoque e compra e venda de energia de acordo com a estratégia comercial. As receitas de O&M são reconhecidas no grupo de receita líquida na controladora e a recuperação dos custos compartilhados é reconhecida como redutora no grupo de despesas gerais e administrativas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Despesas com prestação de serviços				
Energen Energias Renováveis S.A.	(14)	-	-	-
Esmeralda S.A.	(11)	(53)	-	-
Santa Rosa S.A.	-	(17)	-	-
Statkraft AS	(1.568)	(377)	(1.568)	(377)
Moinho S.A.	(1)	(127)	(1)	-
Macaúbas Energética S.A.	-	(274)	-	-
Passos Maia Energética S.A.	-	(5)	-	(5)
	<u>(1.594)</u>	<u>(853)</u>	<u>(1.569)</u>	<u>(382)</u>

#### 10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, totalizou R\$10.829 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e R\$9.178 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário e também não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

#### 11. INVESTIMENTOS AO VALOR JUSTO

Os respectivos investimentos abaixo estão relacionados a entidades sobre as quais a Companhia não possui influência significativa nos seus respectivos negócios e são reconhecidos a valor justo:

Outras participações	Participação %	31.12.2022	31.12.2021
Companhia Energética Rio das Antas - CERAN	5,00	-	75.804
Dona Francisca Energética S.A. - DFESA	2,12	7.571	8.630
		<u>7.571</u>	<u>84.434</u>

O valor justo desses investimentos é baseado no *enterprise value*, que consiste em um fluxo de caixa descontado e ajustado pela dívida líquida.

A movimentação dos investimentos ao valor justo é assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado
Em 1 de janeiro de 2021	40.476
Ajuste de avaliação patrimonial <sup>(1)</sup>	43.958
Em 31 de dezembro de 2021	84.434
Ajuste de avaliação patrimonial <sup>(1)</sup>	(25.299)
Reclassificação	(51.564)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>7.571</u>

<sup>(1)</sup> A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial apresentada nesta nota explicativa está bruta dos tributos diferidos, sendo o montante líquido, em 31 de dezembro de 2022, R\$16.697 negativo (em 31 de dezembro de 2021, R\$29.012 positivo).

Em 15 de fevereiro de 2022, conforme Despacho Nº 426 publicado no Diário Oficial da União, a ANEEL no uso de suas atribuições aprovou no requerimento interposto pela Companhia Energética Rio das Antas S.A. – CERAN, a cessão dos Contratos Bilaterais-CBRs:, CER-PA/2002 209-1 e CER-PI/2002 2101, para a CPFL Geração de Energia S.A. e a Statkraft Energias Renováveis S.A.

Diante da Cessão expressa e aprovada pela ANEEL, a SKER passa a ser detentora de 7,14% dos contratos CBRs, que tem com contraparte a CPFL Paulista e CPFL Piratininga. A soma destes dois contratos corresponde a um volume médio de 5,174429 MWm, que compreende o período de fevereiro de 2022 a dezembro de 2027.

Adicionalmente, a CERAN realizou a cessão do contrato bilateral CER-CO/2005 com a CPFL Comercialização para a SKER. Através dessa cessão a Companhia passou a deter 7,14% do volume contratado que corresponde a 0,367211 MWm, com prazo de fornecimento de fevereiro de 2022 a dezembro de 2027.

Em fevereiro de 2022 a SKER firmou um contrato bilateral no ambiente ACL de compra de energia com a Ceran, que corresponde a um volume médio de 5,541640 MWm com início de fornecimento em fevereiro de 2022 e término em dezembro de 2027.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia concluiu que a adequada classificação e mensuração do percentual de investimento de 5% mantido na CERAN deveria ser em conta de Investimentos e avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não como um Instrumento financeiro mensurado ao valor justo, uma vez que as condições descritas no estatuto da Ceran e também em seu acordo de acionista, resultam na existência de influência significativa nessa investida, principalmente pelo direito de indicação de um dos cinco membros do conselho de administração da investida considerando que suas decisões mais relevantes devem ser aprovadas no âmbito deste conselho, com no mínimo 80% dos votos, provendo à SKER a oportunidade de influenciar de forma relevante as principais decisões da Ceran. Diante do exposto, a partir de 30 de junho de 2022 o saldo de investimento de Ceran está sendo apresentado como investimento em coligada sob o método de equivalência patrimonial.

## 12. INVESTIMENTOS

A composição e movimentação dos investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são assim demonstradas:

	Resultado de equivalência patrimonial								Outras movimentações em Investimentos (ii)	31.12.2022
	31.12.2021	Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados e lucros não realizados (i)	Amortização de mais valia de ativos	Aporte de capital	Redução de capital	Dividendos destinados	Adiantamento para futuro aumento de capital		
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	46.892	4.613	-	-	-	-	(12.364)	-	-	39.141
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	15.936	-	-	-	-	-	-	(1.789)	14.147
<b>Total consolidado</b>	<b>46.892</b>	<b>20.549</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(12.364)</b>	<b>-</b>	<b>(1.789)</b>	<b>53.288</b>
Energen Energias Renováveis S.A.	101.176	1.453	(110)	-	-	-	-	-	-	102.519
Esmeralda S.A.	39.986	36.954	6	-	-	(5.500)	(34.055)	-	-	37.391
Macaúbas Energética S.A.	91.860	12.471	(114)	-	-	(4.000)	(9.546)	-	-	90.671
Moinho S.A.	74.431	6.304	29	-	-	-	(11.834)	-	-	68.930
Morro Cruzeiro I S.A.	41.557	(2.980)	-	-	79.348	-	-	(41.543)	-	76.382
Morro Cruzeiro II S.A.	31.348	(2.014)	-	-	57.966	-	-	(31.333)	-	55.967
Novo Horizonte Energética S.A.	84.510	17.384	(132)	-	-	(5.500)	(13.531)	-	-	82.731
Oslo I S.A.	124.601	(2.403)	-	-	69.991	-	-	(42.952)	283	149.520
Oslo II S.A.	57.525	(1.105)	-	-	38.305	-	-	(8.726)	157	86.156
Oslo III S.A.	136.339	(5.309)	-	-	113.575	-	-	(7.049)	440	237.996
Oslo IV S.A.	90.857	(276)	-	-	100.738	-	-	(34.793)	346	156.872
Oslo IX S.A.	61.584	1.562	-	-	78.226	-	(371)	(19.065)	252	122.188
Oslo V S.A.	81.777	(999)	-	-	96.183	-	-	(13.109)	346	164.198
Oslo VI S.A.	53.221	(744)	-	-	53.736	-	-	(13.431)	189	92.971
Oslo VII S.A.	(3)	(20)	-	-	55	-	-	-	-	32
Oslo VIII S.A.	47.017	(954)	-	-	39.210	-	-	(2.731)	157	82.699
Oslo X S.A.	65.752	355	-	-	74.159	-	(84)	(24.321)	252	116.113
Oslo XI S.A.	20	(8)	-	-	-	-	-	-	-	12
Oslo XII S.A.	20	(8)	-	-	-	-	-	-	-	12
Oslo XIII S.A.	20	(8)	-	-	-	-	-	-	-	12
Oslo XIV S.A.	0	(8)	-	-	-	-	-	-	20	12
Passos Maia Energética S.A.	50.432	4.613	-	-	-	-	(12.364)	-	-	42.681
Santa Fé Energia S.A.	268.738	38.504	-	(11.176)	-	-	(44.022)	-	763	252.807
Santa Laura S.A.	37.162	23.883	9	-	-	(3.000)	(20.846)	-	-	37.208
Santa Rosa S.A.	85.237	52.609	57	-	-	(15.500)	(49.903)	-	-	72.500
Seabra Energética S.A.	84.217	15.926	(97)	-	-	(4.500)	(12.174)	-	-	83.372
Serra da Mangabeira S.A.	85.887	(934)	-	-	75.415	-	-	(3.138)	441	157.671
Statkraft Comercialização de Energia SA	2.017	9.051	-	-	9.016	-	(2.150)	-	-	17.934
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	25	(216)	-	-	-	-	-	-	191	-
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	-	(377)	-	-	1.612	-	-	(357)	(878)	-
CERAN – Companhia Energética Rio das Antas	-	15.936	-	-	-	-	-	-	(1.789)	14.147
<b>Total controladora</b>	<b>1.797.313</b>	<b>218.642</b>	<b>(352)</b>	<b>(11.176)</b>	<b>887.535</b>	<b>(38.000)</b>	<b>(210.878)</b>	<b>(242.548)</b>	<b>1.170</b>	<b>2.401.704</b>

- (i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme prazo de autorização das usinas.
- (ii) Reclassificação das variações que compõem o patrimônio líquido negativo apurado para o período das controladas Ventos de Santa Eugênia, Ventos de São Vitorino e Oslo VII; juros capitalizáveis sobre empréstimos tomados para o projeto Ventos de Santa Eugênia no montante de R\$2.863 e reconhecimento do investimento Ceran conforme proporção de participação no patrimônio líquido da investida.

	Resultado de equivalência patrimonial								31.12.2021	
	31.12.2020	Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados e lucros não realizados (i)	Amortização de mais valia de ativos	Aporte de capital	Redução de capital	Dividendos destinados	Adiantamento para futuro aumento de capital		Outras movimentações em Investimentos (ii)
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	48.714	12.555	-	-	-	(2.500)	(11.877)	-	-	46.892
Total consolidado	48.714	12.555	-	-	-	(2.500)	(11.877)	-	-	46.892
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	52.255	12.555	-	-	-	(2.500)	(11.878)	-	-	50.432
Energen Energias Renováveis S.A.	105.011	(3.778)	(57)	-	-	-	-	-	-	101.176
Esmeralda S.A.	38.403	35.134	12	-	-	(7.000)	(26.563)	-	-	39.986
Macaúbas Energética S.A.	101.440	9.851	(60)	-	-	(15.000)	(4.371)	-	-	91.860
Moinho S.A.	71.632	23.846	43	-	-	(14.000)	(7.090)	-	-	74.431
Morro do Cruzeiro I S.A.	-	(6)	-	-	20	-	-	41.543	-	41.557
Morro do Cruzeiro II S.A.	-	(5)	-	-	20	-	-	31.333	-	31.348
Novo Horizonte Energética S.A.	86.567	14.088	(68)	-	-	(8.000)	(8.077)	-	-	84.510
Oslo I S.A.	71.282	(926)	-	-	2.163	-	-	51.432	650	124.601
Oslo II S.A.	39.677	(351)	-	-	1.706	-	-	16.132	361	57.525
Oslo III S.A.	117.625	(1.841)	-	-	720	-	-	18.824	1.011	136.339
Oslo IV S.A.	7.367	(1.407)	-	-	4.691	-	-	79.411	794	90.857
Oslo V S.A.	7.364	(1.596)	-	-	5.956	-	-	69.259	794	81.777
Oslo VI S.A.	4.050	(777)	-	-	7.483	-	-	42.032	433	53.221
Oslo VII S.A.	48	(50)	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Oslo VIII S.A.	28.616	(833)	-	-	6.225	-	-	12.646	361	47.015
Oslo IX S.A.	5.571	(1.270)	-	-	6.750	-	-	49.956	578	61.584
Oslo X S.A.	5.428	(930)	-	-	5.918	-	-	54.759	578	65.753
Oslo XI S.A.	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo XII S.A.	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo XIII S.A.	-	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Oslo XIV S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Fé Energia S.A.	287.944	32.359	-	(11.179)	-	-	(31.227)	-	(9.159)	268.738
Santa Laura S.A.	38.264	21.976	16	-	-	(8.000)	(15.094)	-	-	37.162
Santa Rosa S.A.	81.297	50.998	80	-	-	(10.000)	(37.138)	-	-	85.237
Seabra Energética S.A.	86.113	14.095	(51)	-	-	(8.000)	(7.940)	-	-	84.217
Serra da Mangabeira S.A.	9.460	(1.686)	-	-	6.433	-	-	70.669	1.011	85.887
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	-	23	-	-	2.000	-	(6)	-	-	2.017
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	109	(84)	-	-	-	-	-	-	-	25
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	-	(3.407)	-	-	670	-	-	2.131	606	-
Total controladora	1.245.523	195.978	(85)	(11.179)	50.815	(72.500)	(149.384)	540.127	(1.982)	1.797.313

- (i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme prazo de autorização das usinas.
- (ii) Reclassificação das variações que compõem o patrimônio líquido negativo apurado para o período da controlada Ventos de São Vitorino; juros capitalizáveis sobre empréstimos tomados para o projeto Ventos de Santa Eugênia no montante de R\$6.572 e impairment de goodwill da investida Santa Fé no montante de (R\$9.159).

As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2022	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	100	108.706	7.388	99.864	1.453	-	1.343
Esmeralda S.A.	100	53.905	1.708	15.243	36.954	-	36.960
Macaúbas Energética S.A.	100	103.597	7.215	83.911	12.471	-	12.357
Moinho S.A.	100	80.767	9.741	64.722	6.304	-	6.333
Morro do Cruzeiro I S.A.	100	83.219	6.836	79.362	(2.980)	-	(2.980)
Morro do Cruzeiro II S.A.	100	58.303	2.336	57.981	(2.014)	-	(2.014)
Novo Horizonte Energética S.A.	100	96.329	5.394	73.551	17.384	-	17.252
Oslo I S.A.	100	257.977	109.389	150.991	(2.403)	-	(2.403)
Oslo II S.A.	100	146.515	58.476	89.143	(1.105)	-	(1.105)
Oslo III S.A.	100	428.492	191.847	241.954	(5.309)	-	(5.309)
Oslo IV S.A.	100	290.570	130.435	160.411	(276)	-	(276)
Oslo V S.A.	100	287.107	124.049	164.056	(999)	-	(999)
Oslo VI S.A.	100	151.642	64.889	87.498	(744)	-	(744)
Oslo VII S.A.	100	83	51	52	(20)	-	(20)
Oslo VIII S.A.	100	141.533	59.353	83.135	(954)	-	(954)
Oslo IX S.A.	100	217.385	95.656	120.167	1.562	-	1.562
Oslo X S.A.	100	204.742	89.374	115.013	355	-	355
Oslo XI S.A.	100	12	-	20	(8)	-	(8)
Oslo XII S.A.	100	12	-	20	(8)	-	(8)
Oslo XIII S.A.	100	12	-	20	(8)	-	(8)
Oslo XIV S.A.	100	12	-	20	(8)	-	(8)
Santa Fé Energia S.A.	100	147.006	2.758	105.744	38.504	(11.176)	27.328
Santa Laura S.A.	100	47.425	1.142	22.400	23.883	-	23.892
Santa Rosa S.A.	100	103.453	1.560	49.284	52.609	-	52.666
Seabra Energética S.A.	100	95.613	5.021	74.665	15.926	-	15.829
Serra da Mangabeira S.A.	100	314.925	158.709	157.150	(934)	-	(934)
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	100	51.182	32.098	10.034	9.051	-	9.051
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	100	37	228	25	(216)	-	(216)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100	350	804	(77)	(377)	-	(377)
Participação nos lucros de controladas							186.565
Empresa coligada							
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	5	840.147	781.735	240.000	58.412	-	15.936
Empresa controlada em conjunto							
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	50	106.612	(26.139)	(71.247)	(9.226)	-	4.613
Participação nos lucros de coligadas							20.549
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							207.114

## Statkraft Energias Renováveis S.A. e Controladas

31 de dezembro de 2021	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Amortização de mais valia de ativos	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	107.844	7.988	103.643	(3.778)	-	(3.836)
Esmeralda S.A.	100	52.296	3.453	13.705	35.138	-	35.146
Macaúbas Energética S.A.	100	102.621	9.787	82.983	9.851	-	9.791
Moinho S.A.	100	85.546	4.824	56.876	23.846	-	23.889
Novo Horizonte Energética S.A.	100	91.661	5.362	72.211	14.088	-	14.020
Oslo I S.A.	100	195.855	71.903	124.877	(926)	-	(926)
Oslo II S.A.	100	109.923	50.359	59.915	(351)	-	(351)
Oslo III S.A.	100	259.437	124.009	137.269	(1.841)	-	(1.841)
Oslo IV S.A.	100	152.662	58.196	95.874	(1.407)	-	(1.407)
Oslo V S.A.	100	132.214	51.231	82.579	(1.596)	-	(1.596)
Oslo VI S.A.	100	67.957	20.765	47.970	(777)	-	(777)
Oslo VII S.A.	100	60	63	47	(50)	-	(50)
Oslo VIII S.A.	100	72.964	26.308	47.489	(833)	-	(833)
Oslo IX S.A.	100	91.523	30.517	62.276	(1.270)	-	(1.270)
Oslo X S.A.	100	100.181	35.007	66.105	(930)	-	(930)
Santa Fé Energia S.A.	100	149.567	1.260	115.947	32.359	(11.179)	21.180
Santa Laura S.A.	100	45.952	3.183	20.793	21.976	-	21.992
Santa Rosa S.A.	100	102.019	3.235	47.786	50.998	-	51.078
Seabra Energética S.A.	100	90.937	4.533	72.309	14.095	-	14.044
Serra da Mangabeira S.A.	100	149.201	64.328	86.559	(1.686)	-	(1.686)
Statkraft Comercialização de Energia S.A.	100	1.327	304	1.000	23	-	23
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis S.A.	100	328	303	109	(84)	-	(84)
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis S.A.	100	143	1.475	2.075	(3.407)	-	(3.407)
Oslo XI S.A.	100	20	-	20	(0)	-	-
Oslo XII S.A.	100	20	-	20	(0)	-	-
Oslo XIII S.A.	100	20	-	20	(0)	-	-
Oslo XIV S.A.	100	20	-	20	(0)	-	-
Morro do Cruzeiro I S.A.	100	42.474	917	41.563	(6)	-	(6)
Morro do Cruzeiro II S.A.	100	32.063	714	31.353	(5)	-	(5)
Participação nos lucros de controladas							172.159
Empresa controlada em conjunto							
Passos Maia Energética S.A.	50	105.602	5.855	74.637	25.110	-	12.555
Participação nos lucros de coligadas							12.555
Participação total nos lucros de coligadas e controladas							184.714

A Companhia também possui 20% de participação na Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. A empresa constituída para este investimento encontra-se atualmente em fase de encerramento pelos acionistas tendo seu projeto de desenvolvimento devolvido para ANEEL. Decorrente da inviabilidade do projeto este investimento encontra-se totalmente reduzido ao seu valor recuperável que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é zero.

## 13. IMOBILIZADO

	Controladora								
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Impairment (*)	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Impairment (*)	Depreciação acumulada	Valor líquido
		31.12.2022				31.12.2021			
Terrenos	4,40%	8.733	(118)	(3.012)	5.603	8.734	(118)	(2.782)	5.834
Reservatórios, Barragens e Aduoras	2,81%	408.769	(8.734)	(154.038)	245.997	411.566	(8.734)	(145.607)	257.225
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,51%	55.324	(4.787)	(21.860)	28.677	55.167	(4.787)	(19.679)	30.701
Máquinas e Equipamentos	5,48%	296.565	(10.246)	(139.873)	146.446	292.094	(10.246)	(123.332)	158.516
Linhas de transmissão	6,38%	2.796	(74)	(1.289)	1.433	2.795	(74)	(1.142)	1.579
Outros ativos	7,72%	13.586	(57)	(6.464)	7.065	13.541	(57)	(5.422)	8.062
Imobilizado em curso	0,00%	33.324	-	-	33.324	28.078	-	-	28.078
Arrendamentos	15,19%	12.940	-	(5.769)	7.171	13.751	-	(5.015)	8.736
		<u>832.037</u>	<u>(24.016)</u>	<u>(332.305)</u>	<u>475.716</u>	<u>825.726</u>	<u>(24.016)</u>	<u>(302.979)</u>	<u>498.731</u>

	Consolidado								
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Impairment (*)	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Impairment (*)	Depreciação acumulada	Valor líquido
		31.12.2022				31.12.2021			
Terrenos	2,44%	26.731	(118)	(8.351)	18.262	26.731	(118)	(7.864)	18.749
Reservatórios, Barragens e Aduoras	2,22%	715.713	(8.734)	(275.335)	431.644	712.540	(8.734)	(258.936)	444.870
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2,57%	116.406	(4.787)	(44.894)	66.725	115.330	(4.787)	(41.767)	68.776
Máquinas e Equipamentos	4,00%	528.949	(10.246)	(240.859)	277.844	551.059	(10.246)	(219.744)	321.069
Linhas de transmissão	3,98%	22.135	(74)	(8.367)	13.694	22.135	(74)	(7.488)	14.573
Aerogeradores	5,66%	645.510	(19.154)	(290.458)	335.898	561.510	(19.154)	(259.148)	283.208
Outros ativos	7,23%	17.555	(57)	(8.531)	8.967	17.508	(57)	(7.319)	10.132
Imobilizado em curso	0,00%	2.478.872	-	-	2.478.872	1.378.768	-	-	1.378.768
Arrendamentos	14,94%	20.044	-	(8.047)	11.997	20.856	-	(6.238)	14.618
		<u>4.571.915</u>	<u>(43.170)</u>	<u>(884.842)</u>	<u>3.643.903</u>	<u>3.406.437</u>	<u>(43.170)</u>	<u>(808.504)</u>	<u>2.554.763</u>

(\*) A provisão de perda ao valor recuperável é composta por R\$ 19.154 registrada sobre o ativo imobilizado da investida Energen e R\$ 24.016 sobre os ativos da Companhia. Em 2022, não foram identificados indicativos de redução ao valor recuperável dos ativos e, portanto, não foram registradas provisões para perda.

	Controladora								
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Aduadoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	6.271	232.005	38.347	187.939	1.838	11.005	21.752	10.203	509.360
Adições	-	-	-	-	-	7.249	52.994	-	60.243
Transferências	-	34.726	-	591	-	104	(38.119)	2.698	-
Depreciação	(437)	13.498	(7.559)	(29.871)	(259)	(8.891)	-	(1.883)	(35.402)
Baixas	-	(23.004)	(87)	(143)	-	(1.405)	(8.549)	(2.282)	(35.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.834	257.225	30.701	158.516	1.579	8.062	28.078	8.736	498.731
Adições	-	-	-	-	-	-	7.187	330	7.517
Transferências	(2)	(1.634)	-	3.518	1	56	(1.941)	2	-
Depreciação	(229)	(9.594)	(2.024)	(15.588)	(147)	(1.009)	-	(1.897)	(30.488)
Baixas	-	-	-	-	-	(44)	-	-	(44)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.603	245.997	28.677	146.446	1.433	7.065	33.324	7.171	475.716

	Consolidado									
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Aduadoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	18.855	425.740	75.611	326.165	15.558	315.038	13.315	357.366	14.167	1.561.815
Adições (**)	-	-	-	-	-	-	-	1.106.822	-	1.106.822
Transferências	594	35.340	1.919	31.131	-	100	92	(76.280)	7.083	(21)
Depreciação	(700)	6.794	(8.667)	(36.085)	(985)	(31.930)	(1.625)	-	(2.721)	(75.919)
Baixas	-	(23.004)	(87)	(142)	-	-	(1.650)	(9.140)	(3.911)	(37.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.749	444.870	68.776	321.069	14.573	283.208	10.132	1.378.768	14.618	2.554.763
Adições (**)	-	-	-	-	-	-	-	1.180.424	330	1.180.754
Transferências	-	3.173	1.077	(22.200)	-	85.198	67	(67.315)	-	-
Transferências intangível	-	-	-	-	-	-	-	(342)	-	(342)
Depreciação	(487)	(16.399)	(3.128)	(21.025)	(879)	(32.023)	(1.188)	-	(2.951)	(78.080)
Baixas	-	-	-	-	-	(485)	(44)	(12.663)	-	(13.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.262	431.644	66.725	277.844	13.694	335.898	8.967	2.478.872	11.997	3.643.903

(\*\*) As adições no período têm como parte relevante de sua composição os valores pagos pelas subsidiárias envolvidas no projeto Ventos de Santa Eugênia ao fornecedor de turbinas para início da construção do parque eólico conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

## a) Custo de remoção de imobilizado

Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas e tem como base as informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. A provisão de desmobilização dos parques eólicos é parte do custo de imobilizado. Com relação a constituição desta provisão para os ativos em construção, a mesma é realizada de acordo com o andamento da obra.

O saldo de provisão para remoção de imobilizado é apresentado da seguinte forma:

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
UEE Energen	3.843	3.659
UEE Macaúbas	3.172	3.020
UEE Novo Horizonte	2.719	2.589
UEE Seabra	2.719	2.589
UEE Oslo I	1.988	8.260
UEE Oslo II	1.119	4.078
UEE Oslo III	3.116	10.131
UEE Oslo IV	2.229	6.086
UEE Oslo V	1.051	5.250
UEE Oslo VI	585	2.869
UEE Oslo VIII	1.086	3.066
UEE Oslo IX	779	3.849
UEE Oslo X	776	4.206
UEE Serra da Mangabeira	1.313	6.285
Total	<u>26.495</u>	<u>65.937</u>

## 14. INTANGÍVEL

	Controladora								
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido
	31.12.2022				31.12.2021				
Direito de Softwares	18,68%	5.312	(1)	(3.623)	1.688	4.610	(1)	(3.036)	1.573
Ágio	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais valia de contratos	6,98%	75.594	(3.502)	(45.340)	26.752	75.794	(3.502)	(34.775)	37.517
Uso do bem público	5,76%	57.010	-	(31.834)	25.176	57.010	-	(28.551)	28.459
Outros Intangíveis	11,04%	67.621	(21)	(9.630)	57.970	67.420	(21)	(2.070)	65.329
Projetos em desenvolvimento	0,00%	129.992	-	-	129.992	129.994	-	-	129.994
		335.529	(3.524)	(90.427)	241.578	334.828	(3.524)	(68.432)	262.872

	Consolidado								
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido
	31.12.2022				31.12.2021				
Direito de Softwares	19,21%	10.730	(1)	(8.122)	2.607	10.025	(1)	(6.592)	3.432
Ágio	0,00%	46.594	(9.159)	-	37.435	46.595	(9.159)	-	37.436
Mais valia de contratos	10,81%	151.337	(3.502)	(68.796)	79.039	151.337	(3.502)	(52.265)	95.570
Uso do bem público	5,76%	57.010	-	(31.834)	25.176	57.010	-	(28.551)	28.459
Outros Intangíveis	9,50%	99.926	(21)	(13.010)	86.895	100.288	(21)	(3.572)	96.695
Projetos em desenvolvimento	0,00%	129.992	-	-	129.992	129.994	-	-	129.994
		495.589	(12.683)	(121.762)	361.144	495.249	(12.683)	(90.980)	391.586

	Controladora						Total
	Direito de Softwares	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros Intangíveis	Projetos em desenvolvimento		
Saldo em 01 de janeiro de 2021	2.167	52.697	30.328	568	129.994	215.754	
Adições	2	-	-	66.637	-	66.639	
Amortização	(596)	(15.180)	(1.869)	(1.876)	-	(19.521)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.573	37.517	28.459	65.329	129.994	262.872	
Transferências	702	(98)	1	100	(2)	703	
Amortização	(587)	(10.667)	(3.284)	(7.459)	-	(21.997)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.688	26.752	25.176	57.970	129.992	241.578	

	Consolidado						Total
	Direito de Softwares	Ágio	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros Intangíveis	Projetos em desenvolvimento	
Saldo em 01 de janeiro de 2021	4.929	46.595	116.569	30.328	3.024	129.994	331.439
Adições	-	-	-	-	96.364	-	96.364
Transferências	-	-	-	-	21	-	21
Amortização	(1.497)	(9.159)	(20.999)	(1.869)	(2.714)	-	(36.238)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.432	37.436	95.570	28.459	96.695	129.994	391.586
Transferências	714	(1)	-	1	(370)	(2)	342
Amortização	(1.539)	-	(16.531)	(3.284)	(9.430)	-	(30.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.607	37.435	79.039	25.176	86.895	129.992	361.144

## 14.1. Ágio na aquisição de controladas

O ágio registrado contabilmente no montante de R\$37.436 é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) Passos Maia Energética S.A. e Santa Fé Energia S.A, conforme quadro abaixo:

Passos Maia S.A.	3.541
Santa Fé Energia S.A.	<u>33.894</u>
	<u><u>37.435</u></u>

O valor recuperável das UGCs foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração até o período de vigência de cada concessão ou autorização. Os fluxos de caixa foram projetados com base numa taxa de crescimento estipulada, conforme previsão dos contratos de compra de energia. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do mercado.

Para cada UGC com valor relevante de ágio, foram consideradas como premissas-chave aplicadas para cálculo do valor em uso a estimativa de geração para os períodos futuros, as previsões de custos operacionais, dispêndio anual para aquisição de imobilizado e a taxa de desconto.

Em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecida uma perda sobre o valor recuperável do ágio sobre expectativa de rentabilidade futura da investida Santa Fé Energia S.A. no montante de R\$9.159. Em 2022 não foram identificadas perdas ao valor recuperável a serem registradas.

## 14.2. Aquisições do ativo intangível

Em decorrência da aderência às tratativas de repactuação do risco hidrológico previstas na Lei 14.052/2020, conforme mencionado na nota explicativa de nº 7, no exercício de 2021 o Grupo reconheceu o direito da extensão do prazo de concessão das usinas no ativo intangível nos montantes de R\$66.618 na controladora e R\$96.364 no consolidado.

## 15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Companhia possui terras adquiridas com o intuito de investimento, que podem futuramente fazer parte de projetos de usinas hidrelétricas (ou pequenas centrais hidrelétricas) quais são parte de desenvolvimentos de estudos e projetos básicos, ou ainda serem negociadas com outras partes.

As movimentações nesta rubrica podem ser verificadas conforme abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	15.123
Reversão parcial da provisão de valor recuperável	<u>3.969</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>19.092</u></u>
Baixas	(220)
Reclassificação para ativos não circulantes mantidos para venda	<u>(16.633)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>2.239</u></u>

Em 2021 a Companhia reavaliou o valor justo das propriedades para investimentos através de modelagem interna, não identificando indicativos para reconhecimento de perda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2022 não há indícios de alteração relevantes nos valores justos das propriedades para investimento.

Em 30 setembro de 2022 a Companhia reclassificou para ativo não circulante disponível para venda terras referentes a projetos descontinuados. O valor do conjunto de terras corresponde ao valor justo que é menor que seu valor contábil de custo.

## 16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores de materiais e serviços	10.326	11.612	40.433	30.481
Contratos de compra de energia elétrica	590	-	27.477	-
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	198	-
Déficit de geração aos contratos CER	-	-	1.365	1.665
Saldo a liquidar referente contratos do PROINFA	-	-	-	641
	<u>10.916</u>	<u>11.612</u>	<u>69.473</u>	<u>32.787</u>

## 17. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPEs ou para aquisição de ativos, e têm sua composição assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Financiamento de obras - BNB (a)	-	-	1.011.850	412.161
Debêntures (b)	76.456	152.598	76.456	152.598
Outros Empréstimos (c)	260.709	406.215	260.709	406.215
Total	<u>337.165</u>	<u>558.813</u>	<u>1.349.015</u>	<u>970.974</u>

Apresentados como:

Passivo circulante	184.165	227.765	184.165	244.953
Passivo não circulante	153.000	331.048	1.164.850	726.021

## a) Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.

No decorrer do 4º trimestre de 2020, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.724, dos quais, em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 90% já foram desembolsados no nível das investidas constituídas para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados, garantias bancárias atreladas e prazo total de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA.

Em 9 de março de 2022, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de R\$256.729 para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Morro do Cruzeiro. Os contratos possuem carência de 3 anos e prazo total de 22 anos. O custo de captação compreende juros de 3,6113% a.a. adicionados ao IPCA. Até o período findo em 31 de dezembro de 2022 não houve desembolsos incorridos para tais contratos.

## b) Debêntures

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos, sendo a primeira amortização liquidada em junho de 2021. A última amortização ocorrerá em dezembro de 2023. Conforme previsto na escritura de emissão, após o atingimento de algumas condições precedentes a operação passou a não possuir garantias, o que foi atingido ainda em 2018, sendo as principais características juros

remuneratórios e “covenants” especificados a seguir:

(i) Juros remuneratórios

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

(ii) Cláusulas de Eventos de Inadimplemento

A escritura de debêntures possui cláusula que requer que, durante o período de amortização do contrato, a Companhia acompanhe em bases semestrais o índice financeiro calculado por meio da dívida líquida sobre EBITDA igual ou menor do que 3,5x. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 1,7x para 31 de dezembro de 2022 (2,2x para 31 de dezembro de 2021), ou seja, está adimplente para os referidos exercícios.

c) Outros empréstimos

i) Gerenciamento de dívida

Em 20 de fevereiro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$255.000 com o Banco BNP Paribas Brasil. Esse contrato está amparado pela Lei 4.131 de setembro de 1962. O empréstimo foi utilizado para realizar aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade de liquidação de dívidas a nível das investidas junto aos bancos BNB e BNDES. A taxa de juros fixa é de 6,5% a.a., e a dívida está denominada em reais. As garantias estão atreladas aos recebíveis oriundos de alguns contratos de longo prazo de venda de energia da Companhia. Para evitar vencimento antecipado, a Companhia terá que manter seu índice de dívida líquida sobre EBITDA menor ou igual a 3,5x semestralmente, a partir de 30 de junho de 2020. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 1,7x para 31 de dezembro de 2022 (2,2x para 31 de dezembro de 2021). As amortizações ocorrerão por meio de parcelas iguais e semestrais, com o primeiro vencimento em 27 fevereiro de 2023 encerrando em 27 de fevereiro de 2025.

ii) Empréstimo ponte para construção

Em 8 de setembro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$145.000 por meio do aditamento do contrato constante do item c.1 acima. O empréstimo foi utilizado para aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade construção. A taxa de juros fixa foi determinada em 4,5% a.a. e condições de amortização do principal em 8 de junho de 2022 e amortização dos juros em parcelas trimestrais iniciando em 8 de dezembro de 2020 e encerrando em 8 de junho de 2022.

O referido empréstimo ponte teve seu montante principal e juros remanescentes quitados em 08 de junho de 2022.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>
Em 1º de janeiro de 2021	634.448
Pagamento de principal	(76.636)

Pagamento de encargos	(33.039)
Juros capitalizados	6.571
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	27.469
Em 31 de dezembro de 2021	<u>558.813</u>
Pagamento de principal	(221.637)
Pagamento de encargos	(37.267)
Juros capitalizados	2.863
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	34.393
Em 31 de dezembro de 2022	<u>337.165</u>
	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2021	634.448
Captação de financiamentos	399.236
Custos e encargos a apropriar	(5.417)
Pagamento de principal	(76.636)
Pagamento de encargos	(33.039)
Juros capitalizados	26.816
Custos e encargos apropriados no resultado	25.566
Em 31 de dezembro de 2021	<u>970.974</u>
Captação de financiamentos	558.620
Custos e encargos a apropriar	(9.374)
Pagamento de principal	(221.637)
Pagamento de encargos	(37.267)
Juros capitalizados	53.306
Custos e encargos apropriados no resultado	34.393
Em 31 de dezembro de 2022	<u>1.349.015</u>

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

Em 31 de Dezembro de 2022	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.	17.519	26.283	29.656	32.296	906.096	1.011.850
Outros Empréstimos	102.000	51.000	-	-	-	153.000
	<u>173.025</u>	<u>76.282</u>	<u>28.345</u>	<u>30.809</u>	<u>856.389</u>	<u>1.164.850</u>

## 18. CONCESSÕES A PAGAR

Refere-se integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50% ao ano. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

Em 1º de janeiro de 2021	96.588
Pagamentos realizados	(10.943)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	25.175
Em 31 de dezembro de 2021	<u>110.820</u>
Pagamentos realizados	(13.598)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	16.494

Em 31 de dezembro de 2022

113.716

	31.12.2022	31.12.2021
Passivo circulante	15.714	14.605
Passivo não circulante	98.002	96.215

## 19. ARRENDAMENTOS

A Companhia e suas controladas possuem contratos de locação de salas comerciais, veículos e terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma (CPC 06(R2)), a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de “Arrendamentos” do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Menos de 1 ano	3.231	2.888	4.431	4.262
Entre 2 e 5 anos	7.250	8.654	9.999	12.298
Mais de 5 anos	1.653	3.105	14.620	16.637
Total dos pagamentos mínimos	12.134	14.647	29.050	33.197
Encargos financeiros futuros	(2.292)	(2.773)	(14.323)	(15.230)
Valor presente dos pagamentos mínimos	9.842	11.874	14.727	17.967
Apresentados como:				
Circulante	3.231	2.889	4.432	4.261
Não circulante	6.611	8.985	10.295	13.706

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente. Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e em nota explicativa nº 13 e podem ser apresentados conforme classes abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Terras	Salas Comerciais	Veículos	Total	Terras	Salas Comerciais	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	37	7.884	2.282	10.203	2.412	7.883	3.872	14.167
Adições	-	-	188	188	1.632	-	2.941	4.573
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.589)	(1.589)
Amortização	(2)	(975)	(906)	(1.883)	(176)	(975)	(1.610)	(2.761)
Remensuração de ativos	-	-	228	228	-	-	228	228
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35	6.909	1.792	8.736	3.868	6.908	3.842	14.618
Adições	-	-	330	330	-	-	330	330

Amortização	(1)	(975)	(921)	(1.897)	(204)	(974)	(1.773)	(2.951)
Remensuração de ativos	-	-	2	2	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34	5.934	1.203	7.171	3.664	5.934	2.399	11.997

## 20. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
PIS a recolher	318	37	1.168	228
COFINS a recolher	1.530	171	5.440	1.043
ISS a recolher	42	33	99	104
ICMS a recolher	450	472	2.768	8.802
Tributos retidos a recolher	582	616	2.386	2.564
Tributos sobre importação	174	244	231	721
IOF a recolher	15	13	15	13
<b>Total</b>	<b>3.111</b>	<b>1.586</b>	<b>12.107</b>	<b>13.475</b>
Apresentados como:				
Passivo circulante	3.111	1.586	11.182	12.839
Passivo não circulante	-	-	925	636

## 21. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Provisão para compensação ambiental	3.320	3.536	4.179	4.444
P&D (ANEEL) a pagar	2.668	1.466	2.668	1.466
Garantias financeiras prestadas	623	623	959	925
Outras contas a pagar	832	2.679	1.291	7.202
<b>Total</b>	<b>7.443</b>	<b>8.304</b>	<b>9.097</b>	<b>14.037</b>
Apresentados como:				
Passivo circulante	4.837	5.642	6.310	11.195
Passivo não circulante	2.606	2.662	2.787	2.842

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia subscrito e integralizado está representado por 454.331.401 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (352.823.928 em 31 de dezembro de 2021) composto da seguinte forma:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Capital social	2.620.650	1.931.910
Capital social a integralizar	-	(260.000)
	<u>2.620.650</u>	<u>1.671.910</u>

O Capital social da Companhia está distribuído conforme quadro de acionistas a seguir:

Acionistas	% do Capital Social	Quantidade de ações ordinárias	
		31.12.2022	31.12.2021
Statkraft Investimentos Ltda.	81,31	369.407.270	286.873.687
FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais	18,69	84.924.131	65.950.241
	<u>100,00</u>	<u>454.331.401</u>	<u>352.823.928</u>

Em 15 de dezembro de 2021, foi aprovado através de AGE a subscrição de 59.012.693 ações, onde 36.824.878 foram subscritas pela acionista Statkraft Investimentos e 8.465.780 pela acionista FUNCEF. A integralização ocorreu em 14 de janeiro de 2022, no montante de R\$260.000.

Em 11 de março de 2022 a Companhia aprovou a subscrição de 101.507.473 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os subscritores da seguinte forma: (i) Statkraft Investimentos Ltda: 82.533.583 ações; e (ii) FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais: 18.973.890. A subscrição dessas ações totaliza o valor de R\$688.740 e possui cronograma de integralização pelos acionistas conforme proporção da participação acionária da seguinte forma, todas no ano de 2022: R\$200.000 em abril, R\$415.000 em junho e R\$73.740 em outubro.

As integralizações previstas para o 2º e 3º trimestres foram realizadas em 05 de abril de 2022, 20 de junho de 2022 e 31 de outubro de 2022 nos montantes e proporções acionárias acima mencionados.

#### b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 5% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta de Dividendos a pagar pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora e consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2021	<u>2.826</u>
Reversão de dividendos obrigatórios	(2.826)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	8.722
Em 31 de dezembro de 2021	<u>8.722</u>
Reversão de dividendos obrigatórios	(8.722)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	11.296
Em 31 de dezembro de 2022	<u>11.296</u>

## c) Reservas de lucros

Abaixo é demonstrado o detalhamento do saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora e consolidado
Reserva legal	30.460
Reserva de retenção de lucros	540.540
	<u>571.000</u>

## (i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

## (ii) Reserva de retenção de lucros

Constitui a reserva de lucros com o saldo de lucros remanescentes não distribuídos no exercício para suportar investimentos futuros.

## d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” refere-se aos ganhos ou perdas não realizados dos instrumentos financeiros patrimoniais mantidos ao valor justo, e mensurados por meio de outros resultados abrangentes, e representam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo mensurado para a data de cada demonstração financeira, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.

## 23. RECEITA LÍQUIDA

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com CPC 47 - “Receita de Contrato” com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

	Controladora	
	31.12.2022	31.12.2021
Prestação de serviços	15.357	11.757
Tributos sobre a prestação de serviços	(1.917)	(1.468)
	<u>13.440</u>	<u>10.289</u>
Revenda de mercadorias	236	1.927
Tributos sobre a venda de mercadorias	(64)	(525)
	<u>172</u>	<u>1.402</u>
Geração de energia elétrica		
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	108.530	107.223
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	39.262	43.560
Contrato Bilateral Regulado (CBR)	131.302	96.603
Mercado de curto prazo (CCEE)	21.372	62.854
Tributos sobre a venda de energia elétrica	(30.454)	(31.999)
	<u>270.012</u>	<u>278.239</u>

Outras Receitas		
Certificado de energia Renovável	-	172
	-	172
Receita Líquida	<u>283.624</u>	<u>290.102</u>

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Prestação de serviços	1.255	684
Tributos sobre a prestação de serviços	(238)	(84)
	<u>1.017</u>	<u>600</u>
Geração de energia elétrica		
Contrato de Energia de Reserva (CER)	108.155	102.221
Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)	149.667	144.903
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	143.665	119.643
Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)	366.793	62.296
Contrato Bilateral Regulado (CBR)	131.484	96.603
Mercado de curto prazo (CCEE)	30.833	80.883
Tributos sobre a venda de energia elétrica	(71.682)	(42.369)
	<u>858.914</u>	<u>564.180</u>
Outras Receitas		
Certificado de energia renovável	1.952	274
Venda de créditos de carbono	-	-
	<u>1.952</u>	<u>274</u>
Receita Líquida	<u>861.883</u>	<u>565.054</u>

Outras informações contratuais são apresentadas na nota de contexto operacional destas demonstrações financeiras.

## 24. CUSTOS E DESPESAS

### a) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(46.020)	(135.604)	(304.265)	(157.109)
Repactuação do risco hidrológico (*)	-	66.618	-	96.364
Depreciação e amortização	(49.347)	(49.226)	(105.726)	(104.795)
Salários e encargos sociais	(6.939)	(6.093)	(5.490)	(3.658)
Encargos setoriais	(12.799)	(11.139)	(32.301)	(21.610)
Seguros	(4.554)	(3.524)	(18.813)	(13.560)
Serviços de terceiros	(859)	(381)	(2.011)	(1.730)
Outros	1.683	(1.790)	188	307
	<u>(118.835)</u>	<u>(141.139)</u>	<u>(468.418)</u>	<u>(205.791)</u>

(\*) Em 2021, com a aderência da repactuação do risco hidrológico conforme tratativas da Lei 14.052/2020, mencionadas na nota explicativa 7, o Grupo reconheceu uma recuperação de custos na compra de energia elétrica nos montantes de R\$66.618 na controladora e R\$96.364 no consolidado.

## b) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Serviços de terceiros	(22.312)	(17.089)	(46.996)	(32.542)
Salários e encargos sociais	(30.453)	(22.628)	(46.677)	(41.849)
Remuneração dos administradores	(10.829)	(9.178)	(10.829)	(9.178)
Encargos setoriais	(3.953)	(2.546)	(4.769)	(2.613)
Viagens e estadias	(4.658)	(1.248)	(5.878)	(1.888)
Aluguel	(1.501)	(714)	(1.580)	(1.141)
Impostos e taxas	(1.793)	(444)	(3.771)	(2.234)
Participação nos Resultados	(4.797)	(4.417)	(5.051)	(4.553)
Propaganda e publicidade	(570)	(719)	(654)	(1.171)
Depreciação e amortização	(3.138)	(3.343)	(3.138)	(3.343)
Estudos em desenvolvimento	(3.667)	(3.832)	(3.030)	(6.965)
Materiais	(1.155)	(1.212)	(4.034)	(7.779)
Outros	(2.646)	(2.397)	(5.831)	(5.212)
	<u>(91.472)</u>	<u>(69.767)</u>	<u>(142.238)</u>	<u>(120.468)</u>

## c) Outras (Despesas) Receitas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lucros cessantes e danos materiais	7.807	268	24.755	8.625
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(368)	5.384	(9.808)	9.836
Perdas com baixa de imobilizado	(264)	(26.707)	(642)	(26.720)
Reversão de provisão para perda em ativos	-	32.680	-	32.680
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos	-	(36.699)	-	(36.699)
Outras receitas e despesas operacionais	5.895	(702)	5.602	(1.020)
	<u>13.070</u>	<u>(25.776)</u>	<u>19.907</u>	<u>(13.298)</u>

## 25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<u>Despesas financeiras</u>				
Com financiamentos	(34.393)	(28.118)	(34.420)	(28.118)
IOF, multas e juros sobre tributos	(1.126)	(1.229)	(2.155)	(1.514)
Variação cambial passiva	(318)	(201)	(968)	(407)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	(16.494)	(27.106)	(16.494)	(27.206)
Juros sobre contrato de mútuo	(10.217)	(987)	(10.217)	(987)
Juros sobre arrendamento mercantil	(502)	(854)	(928)	(1.286)
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.378)	(1.370)	(1.378)	(1.370)
Outras despesas financeiras	(322)	(898)	(3.844)	(440)
	<u>(64.750)</u>	<u>(60.763)</u>	<u>(70.404)</u>	<u>(61.328)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	52.067	14.930	85.827	24.389
Variação cambial ativa	532	49	652	398
Juros sobre contrato de mútuo	-	95	-	95
Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências	-	-	-	8.814
Outras receitas financeiras	160	315	178	324
	<u>52.759</u>	<u>15.389</u>	<u>86.657</u>	<u>34.020</u>
	<u>(11.991)</u>	<u>(45.374)</u>	<u>16.253</u>	<u>(27.308)</u>

## 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Para o período em curso

Para fins de apuração de impostos, a controladora SKER, assim como sua controlada Statkraft Comercialização de Energia S.A., optaram pela apuração do resultado tributável observando o regime do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

A conciliação do resultado de IRPJ e CSLL da controladora e suas controladas apurada para o exercício pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lucro antes dos tributos	281.864	193.651	308.290	211.596
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	(95.834)	(65.841)	(104.819)	(71.943)
Efeitos tributários sobre:				
Equivalência patrimonial	70.419	62.803	6.987	4.269
Dividendos provenientes de investimentos ao valor justo	120	303	120	303
Receitas (despesas) indedutíveis	(2.954)	11.648	(2.954)	11.648
Compensação por base fiscal negativa	8.183	-	8.183	-
Constituição (reversão) de tributos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(24.263)	(18.766)	(24.263)	(18.766)
Diferença entre base de cálculo do lucro real e presumido	-	-	49.898	49.964
Outros	279	-	(3.628)	(3.274)
Total de tributos no resultado do exercício	<u>(44.050)</u>	<u>(9.854)</u>	<u>(70.476)</u>	<u>(27.799)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>15,6%</u>	<u>5,1%</u>	<u>22,9%</u>	<u>13,1%</u>
Composição dos tributos no resultado				
Corrente	19.069	-	45.495	17.945
Diferido	24.981	9.854	24.981	9.854
	<u>44.050</u>	<u>9.854</u>	<u>70.476</u>	<u>27.799</u>

### b) Saldos patrimoniais de imposto renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de variação do valor justo financeiros e podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Diferenças temporárias advindas de combinação de negócios	(28.321)	(32.121)	(28.321)	(32.121)
Diferenças temporárias sobre ajuste ao valor justo de investimentos (i)	(2.094)	(26.356)	(2.094)	(26.356)
Diferenças temporárias sobre depreciação, amortização e provisões	4.018	11.797	4.198	11.977
Diferenças temporárias sobre repactuação do risco hidrológico	(19.498)	(22.020)	(19.498)	(22.020)
Prejuízos fiscais recuperáveis	2.094	26.356	2.094	26.356
Saldos tributos diferidos ativo (passivo)	(43.801)	(42.344)	(43.621)	(42.164)
Apresentados como:				
Ativo não circulante	-	-	180	180
Passivo não circulante	(43.801)	(42.344)	(43.801)	(42.344)
	(43.801)	(42.344)	(43.621)	(42.164)

Para fins de apresentação do balanço patrimonial, a Companhia apresenta os saldos de impostos diferidos passivos líquidos dos saldos de impostos diferidos ativos, exceto se não tiver o direito legal executável para compensação ou se a realização dos ativos e passivos não for simultânea. A Companhia realizou estudo de recuperabilidade de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, que serviu de base para o reconhecimento dos saldos acima apresentados.

A expectativa de realização do total de impostos diferidos nas controladas se estende até o prazo de cada concessão ou autorização, e na controladora no período de 2022 a 2030, cujas diferenças temporárias são registradas com base na expectativa de lucros tributáveis futuros.

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a variação negativa de R\$ 8.601 foi registrada no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial conforme variação dos investimentos avaliados a valor justo. Adicionalmente foi reconhecida a variação negativa de R\$ 15.661 decorrente da baixa do saldo de ajuste de avaliação patrimonial sobre o investimento Ceran, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

## 27. SEGUROS

### a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&O)

A Companhia é segurada na responsabilidade de seus administradores em apólice com vigência até 31 de dezembro de 2023.

### b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para os riscos operacionais de suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, conforme valores de indenização adequados a continuidade de suas operações.

	Valores dos Bens	Valores das coberturas
Lucros cessantes	1.265.590	279.257
Danos materiais	2.705.645	597.012
	<u>3.971.235</u>	<u>876.269</u>

## c) Seguro de responsabilidade civil e risco de engenharia

Adicionalmente, a Companhia possui seguro de responsabilidade civil tendo suas usinas como cosseguradas. A cobertura do seguro compreende o reembolso dos dispêndios incorridos na reparação de danos materiais e corporais causados a terceiros, ações emergenciais empreendidas com o objetivo de minorar ou evitar tais danos, assim como os prejuízos financeiros causados, inclusive lucros cessantes. Os danos materiais são indenizáveis no limite de R\$25.809.

As modalidades de seguro de responsabilidade civil e risco de engenharia sobre as obras foram contratadas para as empresas dos projetos Ventos de Santa Eugênia e Morro do Cruzeiro. A cobertura dos seguros compreende o reembolso dos dispêndios incorridos na reparação de danos sobre atividades em conexão com o desenho, construção, instalação, montagem e/ou comissionamento, testes e todos os demais serviços relativos ao projeto. As apólices têm vigências de 1 de janeiro de 2021 à 23 de junho de 2023 e 31 de Maio de 2022 à 23 de Maio de 2024 para Ventos de Santa Eugênia e Morro do Cruzeiro, respectivamente.

## d) Seguro “Performance Bond”

Em janeiro de 2020, a Companhia contratou Seguro Garantia na modalidade de Construtor, como garantia de indenização, até o valor de R\$75.000, dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento do tomador, referente às obrigações assumidas na outorga de concessão ou autorização dos empreendimentos participantes do Leilão de Geração n. 04/2019-ANEEL, durante a fase de execução das obras de construção ou implantação. Tais apólices foram contratadas para os projetos inscritos no referido leilão e possuem vigência até 01/04/2025, em conformidade com as exigências contidas no Edital para o Leilão e os manuais para aporte de garantias.

Em 17 de dezembro de 2021 a Companhia contratou seguro garantia na mesma modalidade para os projetos Morro do Cruzeiro I e II como garantia de indenização dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento do tomador, até o valor de R\$8.400 e R\$5.880, respectivamente, referente às obrigações assumidas na outorga de concessão ou autorização dos empreendimentos participantes do Leilão de Geração n. 08/2021-ANEEL, durante a fase de execução das obras de construção ou implantação. Tais apólices foram contratadas para os projetos inscritos no referido leilão e possuem vigência até 01/05/2026, em conformidade com as exigências contidas no Edital para o Leilão e os manuais para aporte de garantias.

Em 01 de fevereiro de 2022 a Companhia contratou seguro garantia na mesma modalidade para o projeto Ventos de São Vitorino como garantia de cumprimento do cronograma de implantação e condições previstas no ato autorizativo durante a fase de execução das obras de construção ou implantação até o valor de R\$ 47.880, a fim de solicitar a outorga de autorização dos empreendimentos à ANEEL. Tais apólices foram contratadas para os projetos de Ventos de São Vitorino e possuem vigência até 31/08/2026, em conformidade com as exigências contidas em Regulamento da ANEEL e manuais para aporte de garantias.

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2022.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, debêntures, concessões a pagar e mútuos com partes relacionadas.

## 28.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

### a) Risco de mercado

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas às debêntures e financiamentos emitidos pelo Grupo indexadas à CDI e ao IPCA. Substancialmente, os demais passivos do Grupo não apresentam riscos de taxas de juros que possam afetar de forma relevante o fluxo de caixa, pois os mesmos estão expostos à juros pré-fixados.

### b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora	Consolidado			
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022:					
Fornecedores nacionais	10.916	71.147	-	-	-
Financiamentos	184.165	184.165	226.458	66.493	871.899
Partes relacionadas	71.228	70.478	-	-	-
Arrendamentos	3.231	4.432	7.904	2.017	14.620
Concessões a pagar	14.509	14.509	46.729	48.972	204.893
Dividendos a pagar	11.296	11.296	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	404.167

Em 31 de dezembro de 2021:

Fornecedores nacionais	11.612	32.787	-	-	-
Financiamentos	227.765	244.953	287.196	73.196	365.629
Partes relacionadas	60.448	61.409	-	-	-
Concessões a pagar	14.605	14.605	27.574	38.645	30.067
Dividendos a pagar	8.722	8.722	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	65.937

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente, a Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento do Grupo (nota explicativa nº 17), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A Administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

e) Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas informações financeiras intermediárias. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às informações financeiras intermediárias por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em

linha com as projeções demonstradas no relatório Focus, na data de 23 de janeiro de 2023, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2022.

#### Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

	Fator de risco	Valores expostos em 2022	Valores expostos em 2021	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	583.780	185.584	40.135	60.202	80.270	100.337	120.405
Aplicações financeiras restritas	CDI	88.197	14.842	6.064	9.095	12.127	15.159	18.191
Empréstimos e financiamentos	CDI	(76.456)	(152.598)	(5.256)	(7.885)	(10.513)	(13.141)	(15.769)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(1.011.850)	(412.161)	(29.294)	(43.940)	(58.587)	(73.234)	(87.881)
Impacto líquido	CDI	595.521	47.828	40.942	61.413	81.884	102.355	122.826
Impacto líquido	IPCA	(1.011.850)	(412.161)	(29.294)	(43.940)	(58.587)	(73.234)	(87.881)
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	13,75%	9,30%	6,88%	10,31%	13,75%	17,19%	20,63%
Taxas consideradas - % ao ano	IPCA	5,79%	10,46%	2,90%	4,34%	5,79%	7,24%	8,69%

#### f) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, debêntures, concessões a pagar, demonstrados a valor contábil, menos a perda (“impairment”), quando aplicável, venham a estar próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Consolidado	Em 31 de dezembro de 2022				Em 31 de dezembro de 2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	584.145	-	-	584.145	186403	-	-	186403
Aplicação financeira restrita	-	88.197	-	88.197	-	14.842	-	14.842
Propriedades para investimentos	2.239	-	-	2.239	19.092	-	-	19.092
Investimentos ao valor justo (*)	-	-	7.571	7.571	-	-	84.434	84.434
Total do ativo	<u>586.384</u>	<u>88.197</u>	<u>7.571</u>	<u>682.152</u>	<u>205.495</u>	<u>14.842</u>	<u>84.434</u>	<u>304.771</u>

- (\*) A Companhia possui investimento na empresa Dfesa (Dona Francisca Energética S.A.) na ordem de 2,12%, na qual não tem influência significativa e é registrado a valor justo no montante de R\$7.571 (R\$75.804 referente à investida Ceran – Companhia Energética Rio das Antas S.A. e R\$8.630 referentes à Dfesa em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu

investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar valores diferentes dos atuais registrados.

## g) Instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
<u>31 de dezembro de 2022</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	584.145	-	-	584.145
Contas a receber de clientes	-	133.977	-	133.977
Repactuação do risco hidrológico	-	2.698	-	2.698
Aplicação financeira restrita	88.197	-	-	88.197
Investimentos ao valor justo	-	-	7.571	7.571
Propriedades para investimento	2.239	-	-	2.239
	<u>674.581</u>	<u>136.675</u>	<u>7.571</u>	<u>818.827</u>

	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
<u>31 de dezembro de 2021</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	186.403	-	-	186.403
Contas a receber	-	79.350	-	79.350
Repactuação do risco hidrológico	-	3.668	-	3.668
Aplicação financeira restrita	14.842	-	-	14.842
Investimentos ao valor justo	-	-	84.434	84.434
Propriedades para investimento	19.092	-	-	19.092
	<u>220.337</u>	<u>83.018</u>	<u>84.434</u>	<u>387.789</u>

	Consolidado		Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	
<u>31 de dezembro de 2022</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores	-	71.147	71.147
Financiamentos	-	1.349.015	1.349.015
Partes relacionadas	-	70.478	70.478
Concessão a pagar	-	113.716	113.716
Provisão para remoção de imobilizado	26.495	-	26.495
	<u>26.495</u>	<u>1.604.356</u>	<u>1.630.851</u>

	Consolidado		Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	
<u>31 de dezembro de 2021</u>			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores	-	32.787	32.787
Financiamentos	-	970.974	970.974

Partes relacionadas	-	61.409	61.409
Concessão a pagar	-	110.820	110.820
Provisão para remoção de imobilizado	65.937	-	65.937
	<u>65.937</u>	<u>1.175.990</u>	<u>1.241.927</u>

## 29. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

### a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou “Generation Scaling Factor - GSF”, que reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei nº 13.203/15 sancionou a repactuação do risco hidrológico a qual as usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Rosa e PCH Santa Laura aderiram e repactuação na modalidade de proteção de 100% extinguindo assim o risco de GSF.

Com a finalidade de compensar os efeitos adversos do risco de GSF, a Lei nº 14.052/2020 proveu compensação aos participantes do MRE em forma de extensão da concessão, às quais as usinas hídricas do Grupo aderiram.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. Atualmente todas as usinas hídricas encontram-se no MRE.

### b) Risco da não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorizações e concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso sua prorrogação não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que as autorizações e concessões hoje outorgadas à Companhia serão, por ocasião de seu vencimento, prorrogadas pelo poder concedente.

## 30. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem processos trabalhistas, tributários e cíveis. Os valores provisionados são:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Processos trabalhistas	838	793	873	828
Processos fiscais	4.674	4.317	4.674	4.318
Processos cíveis	2.722	2.582	12.122	2.702
	<u>8.234</u>	<u>7.692</u>	<u>17.669</u>	<u>7.848</u>

A movimentação dos saldos provisionados é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	7.692	7.848
Adição	268	9.548
Atualização	455	455
Reversão	(181)	(182)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>8.234</u>	<u>17.669</u>

Contingências possíveis

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Processos investigativos

- (a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a Companhia e suas subsidiárias, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, a Companhia implementará melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que a Companhia continue a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero para a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os outros casos relatados.
- (b) A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

A Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

Os demais passivos contingentes com probabilidade de perda considerada possível são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	1.332	1.309
Fiscais	100.533	94.880
Cíveis	21.511	5.483
	<u>123.376</u>	<u>101.672</u>

### 31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	237.814	183.619	237.814	183.619
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	444.320	278.120	444.320	278.120
Lucro por ação	<u>0,53523</u>	<u>0,66022</u>	<u>0,53523</u>	<u>0,66022</u>

### 32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo reconheceu os montantes de R\$ 2.863 na controladora e R\$ 53.306 no consolidado no grupo de imobilizado referente à juros capitalizados sobre os financiamentos vinculados à construção das usinas que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia, com contrapartida na rubrica de financiamentos do passivo circulante.

Foi reconhecido o montante de R\$38.000 na controladora representando o saldo de redução de capital de suas controladas ainda não desembolsados com contrapartida reconhecida no contas a receber.

Adicionalmente, as investidas integralizaram AFAC em capital social no montante de R\$ 887.536 ao longo de exercício, sem movimentação de caixa.

### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 33.1. Acordo de leniência

Em 10 de fevereiro de 2023, a Moinho S.A. subsidiária integral da SKER, bem como Passos Maia Energética S.A., controlada em conjunto da Companhia, firmaram um Acordo de Leniência com o poder público do estado de Minas Gerais para um dos casos denunciados e realizaram o pagamento de R\$9.744 e R\$24.073, respectivamente, em multas e ressarcimentos de vantagem indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, as Companhias implementarão melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que as mesmas continuem a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os casos remanescentes.

#### 33.2. Aporte de capital em subsidiárias

Em 23 de janeiro de 2023 a controlada Serra da Mangabeira S.A. realizou aumento de capital no montante de R\$ 24.521 via conversão de saldo de AFAC.

Em 17 de fevereiro de 2023 a Companhia aportou capital na Moinho S.A. subsidiária integral da SKER e Passos Maia Energética S.A., controlada em conjunto da Companhia, nos montantes de R\$5.500 e R\$9.750 respectivamente. O aporte foi necessário para fazer frente aos pagamentos do tema descrito na nota explicativa nº 33.1 supracitada.

#### 33.3. Recebimento de desembolsos sobre financiamentos

Em 17 de fevereiro de 2023 as investidas Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II receberam seu 1º desembolso referente aos contratos de financiamentos firmados com o BNB – Banco do Nordeste nos montantes de R\$ 79.368 e R\$ 57.638, respectivamente.

---